Janeiro / Fevereiro 2014
Ano 9_nº62
ww.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus
AMBIENTE

2014 ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
QUE AGRICULTURA PARA O TERCEIRO MILÉNIO?

Páginas 10_11

ENTREVISTA A PEDRO ROCHA
FUNDADOR DA 1ª AMAP EM PORTUGAL

Páginas 4_5

EDUCAR PARA O PATRIMÓNIO COMUM
DO INTANGÍVEL CULTURAL AO INTANGÍVEL NATURAL

Página 8

A FALÁCIA DO CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE A SEGURANÇA DOS TRANSGÉNICOS

Página 9

Mecenas Principal

Mecenas Jornal

EDITAL

AVISO CONVOCATÓRIO

Assembleia Geral Ordinária

Lisboa, 29 de março de 2014, às 13:00 Horas.
De acordo com os artigos 16.º a 19.º dos Estatutos, convocamos todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza (ANCN) para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita no Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, no dia 29 de março de 2014 (sábado), com início às 13:00 horas e com a seguinte ordem de trabalhos:

1– Apreciação e votação do balanço, relatório e contas da Associação Quercus - ANCN, e do parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício do ano de 2013;
2 – Apreciação e votação do Regulamento do Fundo de Garantia Salarial;
3 – Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento relativo ao exercício do ano de 2014.

De acordo com o n.º 2 do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados presentes.

Lisboa, 20 de dezembro de 2013
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Maria de Lurdes Cravo Anjo

AVISO CONVOCATÓRIO

Assembleia do Núcleo Regional do Litoral Alentejano

De acordo com os estatutos da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os associados residentes na área geográfica de intervenção do Núcleo Regional do Litoral Alentejano para a respectiva Assembleia de Núcleo, a realizar na data e local abaixo listados e com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;
2 – Apresentação, discussão e deliberação sobre o relatório de actividades e contas do ano de 2013;
3 - Eleição para a Direcção do Núcleo Regional;
4 - Apresentação e votação do plano de actividades e do orçamento para o ano de 2014;
5 - Outros assuntos.

Data e local da Assembleia de Núcleo:
Data: 14 de Março de 2014
Hora: 18h30
Local de encontro: Sede do Núcleo Regional
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Dário Cardador

A Assembleia de Núcleo reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2014
O Presidente da Direcção Nacional,
Nuno Sequeira

AVISO CONVOCATÓRIO

Assembleias de Núcleo

De acordo com os estatutos da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os associados residentes na área geográfica de intervenção de cada Núcleo Regional para as respectivas Assembleias de Núcleo, a realizar nas datas e locais abaixo listados e com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;
2 – Apresentação, discussão e deliberação sobre o relatório de actividades e de contas do ano de 2013;
3 - Apresentação e votação dos planos de actividades e do orçamento para o ano de 2014;
4 - Outros assuntos.

Datas e locais das Assembleias de Núcleo:
NÚCLEO REGIONAL DO ALGARVE
Data: 22 Fevereiro
Hora: 15h00
Local de encontro: Moncaparacho junto ao Crédito Agrícola
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Nélia Alfarrobinha

NÚCLEO REGIONAL DE AVEIRO
Data: 6 de Março
Hora: 21h00
Local de encontro: Rua de Espinho, Bl. 30 - R/C F, Aveiro
Nome do sócio que presidirá à Mesa: João Paulo Pedrosa

NÚCLEO REGIONAL DE BEJA E ÉVORA
Data: 26 de Fevereiro de 2014
Hora: 21h00
Local de encontro: sede do Núcleo Regional sita à rua Dr. Afonso Costa, nº 62 em Beja
Nome do sócio que presidirá à Mesa: José Paulo Martins

NÚCLEO REGIONAL DE BRAGA
Data: 20 de Fevereiro
Hora: 21h30
Local de encontro: Sede do Núcleo - Urbanização das Andorinhas, loja 7, Braga
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Ana Cristina Costa

NÚCLEO REGIONAL DE BRAGANÇA
Data: 22 Fevereiro
Hora: 16h00
Local de encontro: Sede do Núcleo Regional, Moinho do Fervença
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Paulo Mafra

NÚCLEO REGIONAL DE CASTELO BRANCO
Data: 18 de Fevereiro
Hora: 18h30
Local de encontro: Sede do Núcleo Regional
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Samuel Infante

NÚCLEO REGIONAL DE COIMBRA
Data: 21 de Fevereiro
Hora: 21h00
Local de encontro: Sede do Núcleo - Urbanização do Loreto, Lote 8, 5º, C, Coimbra
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Pedro Bingre do Amaral

NÚCLEO REGIONAL DA GUARDA
Data: 22 de Fevereiro
Hora: 17h30
Local de encontro: Loja 12 da Central de Camionagem da Guarda
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Ricardo Nabais

NÚCLEO REGIONAL DE LISBOA
Data: 21 de Fevereiro
Hora: 19h00
Local de encontro: Sede do Núcleo Regional de Lisboa da Quercus - Rua Engº Ferreira Mesquita, Bloco C, 1º Dto, Lisboa
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Vanda Marques

NÚCLEO REGIONAL DA MADEIRA
Data: 5 de Março
Hora: 18h30
Local de encontro: Antigo Mercado Municipal de Machico, Largo da Praça. Machico
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Elsa Araújo

NÚCLEO REGIONAL DE PORTALEGRE
Data: 12 de Março
Hora: 18h00
Local de encontro: Escola Secundária de São Lourenço, Portalegre
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Nuno Sequeira

NÚCLEO REGIONAL DO PORTO
Data: 1 de Março
Hora: 14h30
Local de encontro: Sede do Núcleo – Rua João Maia, 540, 4475- 643 Avioso- Maia
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Célia Vilas Boas

NÚCLEO REGIONAL DO RIBATEJO E ESTREMADURA
Data: 28 Fevereiro
Hora: 21h30
Local de encontro: Centro de Educação Ambiental da Mata Municipal de Ourém
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Domingos Patacho

NÚCLEO REGIONAL DE SÃO MIGUEL
Data: 4 de Março
Hora: 18h30
Local de encontro: Largo de S. João nº 18, 1º andar, Ponta Delgada
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Rui Cordeiro

NÚCLEO REGIONAL DE SETÚBAL
Data: 1 de Março
Hora: 15h00
Local de encontro: SEIES - Centro Cidadania Activa
Rua João Eloy do Amaral, nº 140, Setúbal
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Carla Graça

NÚCLEO REGIONAL DE VILA REAL E VISEU
Data: 8 de Março
Hora: 21h30
Local de encontro: Sede do Núcleo - Bairro da Araucária, Bloco G, Cave 7 - Vila Real
Nome do sócio que presidirá à Mesa: João Filipe Fernandes Branco

NÚCLEO REGIONAL DE VIANA DO CASTELO
Data: 14 de Março
Hora: 19h00
Local de encontro: Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, Viana do Castelo
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Esmeralda Rodrigues

A Assembleia de Núcleo reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2014
O Presidente da Direcção Nacional,
Nuno Sequeira

MACROSCÓPIO

2014 COM MELHOR AMBIENTE E AGRICULTURA?

José João Sá

Nuno Sequeira
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

No início de mais um ano cumpre-me desejar, em nome da Direcção Nacional da Quercus, a todos os sócios, dirigentes, colaboradores e amigos, um excelente ano de 2014, pleno de sucessos pessoais e profissionais. Sabemos que este novo ano não será com certeza fácil, à semelhança infelizmente dos anos anteriores, mas estamos certos que existindo força, vontade e uma boa dose de bom senso, muitas dessas dificuldades poderão ser melhor ultrapassadas.

Tal como em anos anteriores, a Quercus fez um balanço ambiental relativo ao ano de 2013, tendo seleccionado os melhores e os piores factos que na sua opinião marcaram o ano que passou. Foram na ocasião destacados alguns factos negativos tais como os projectos turístico-imobiliários insustentáveis, as novas obras em áreas protegidas, o desinvestimento nas energias renováveis, a Declaração de Impacte Ambiental favorável ao Projecto de Exploração Mineira da Boa Fé, a Declaração de Impacte Ambiental favorável ao Plano de Pormenor da Praia Grande (Lagoa dos Salgados), a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, a aprovação do Regime Jurídico das Acções de Arborização e Rearborização, a incapacidade do Governo para gerir questões dos resíduos, a poluição do rio Noéme (Guarda), a alteração da legislação de proteção ambiental e transcrição da Directiva comunitária sobre a utilização de pesticidas.

Ao nível ambiental, muitos desafios ir-se-ão colocar no panorama nacional durante o ano de 2014, passando estes por exemplo pela continuação dos debates relativos ao futuro da floresta e da gestão da água em Portugal, numa fase em que os cenários apontam para a probabilidade de ocorrerem cada vez mais incêndios florestais e situações de carência de água no nosso país, fruto das alterações climáticas, mas em que ao mesmo tempo alguns sectores de interesse pretendem a expansão das áreas de eucalipto, assim como das áreas de regadio, em Portugal. Mas também alguns outros temas tais como o Plano de Mobilidade Nacional, a entrada em vigor do novo Quadro Comunitário de apoio a Portugal e o acompanhamento efectivo da fase de pós-avaliação dos projectos sujeitos a Avaliação Ambiental por parte das autoridades públicas terão presença ao longo deste ano que, internacionalmente, será dedicado à Agricultura Familiar.

Na verdade, este será o Ano Internacional da Agricultura Familiar e espera-se que seja possível conseguir aumentar a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, e sensibilizar a população mundial para alguns aspectos tão importantes deste tipo de agricultura, que passam pelo papel relevante que desempenha na erradicação da fome e pobreza, pela melhoria dos meios de subsistência das populações, pela correcta gestão dos recursos naturais, e pela proteção do Ambiente e do desenvolvimento sustentável. Estes últimos aspectos são de particular relevância no contexto do trabalho da nossa Associação pois hoje estamos cientes dos impactes negativos das práticas agrícolas realizadas de modo intensivo, que recorrem a produtos químicos potencialmente nefastos para a nossa saúde, para o ambiente (herbicidas, pesticidas, promotores de crescimento, adubos, etc) e sem salvaguarda do bem-estar animal. Acrescenta-se a este pernicioso modo de produção, a necessidade de transportar os produtos do local onde são produzidos para onde serão consumidos, maioritariamente nas grandes cidades, transporte esse responsável por consumos energéticos elevados e consequências ambientais negativas - a pegada ecológica de um produto alimentar com um ciclo de vida semelhante ao descrito, desde o cultivo até ao seu consumo, é extremamente elevada. Torna-se por isso extremamente importante a criação de apoio a modos de produção mais sustentáveis, como a agricultura biológica, e a apoio à agricultura familiar praticada nestes sistemas menos intensivos.

O modo de produção biológico, como modo que nos parece mais adequado para a prática de uma agricultura familiar sustentável, adequa-se perfeitamente às pequenas áreas agrícolas e traz uma excelente oportunidade de desenvolvimento sustentável dos meios rurais, permitindo a produção de alimentos seguros e de qualidade e promovendo a riqueza do solo e produtividade do terreno, conservando os ecossistemas e fomentando a biodiversidade. Como este tipo de prática se destina fundamentalmente ao consumo próprio ou à venda local, diminui drasticamente o impacte ambiental de cada produto, juntando-se a estes benefícios uma importante componente de educação ambiental, do funcionamento dos ecossistemas e da origem dos alimentos, nomeadamente para as crianças que muitas vezes desconhecem como surgem os alimentos à sua mesa.

Muitos desafios se colocam pois, para o ano de 2014 e para o nosso futuro, no que se refere a este importante tema da agricultura e da alimentação.

Para terminar, gostaria de deixar um apelo para que todos os sócios compareçam nas suas Assembleias de Núcleo, que vão decorrer em Fevereiro e Março por todo o país, conforme a convocatória que consta deste Quercus Ambiente. De igual modo, apelo à presença de todos na Assembleia-Geral do próximo dia 29 de Março, na sede nacional em Lisboa, de forma a que possam exercer os vossos direitos de associados da Quercus e fiquem mais a par da nossa realidade associativa, ajudando a definir o rumo da Associação ao longo do presente ano.

Um bom ano de 2014 a todos!

ENTREVISTA

Ricardo Marques

a **Pedro Rocha**

Fundador da primeira Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade em Portugal (AMAP)

Samuel Button

Pedro Rocha e Carlos Grazina, agricultores do Projecto Raízes

Pedro Rocha
Nascido em 1976, Espinho - Portugal

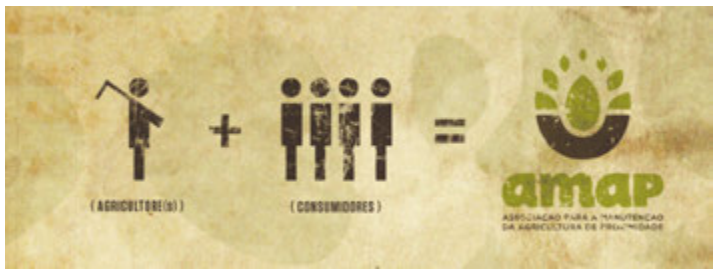
Pedro Rocha cresceu entre as praias da Aguda e os campos de Arcozelo.
No ano de 2000 conclui o Curso de Ciências do Ambiente e Poluição na Universidade de Glamorgan, Reino Unido.
Adquire uma larga experiência internacional, com o seu projecto de graduação, no Instituto Politécnico de Wroclaw na Polónia, sobre "Gestão de Resíduos Urbanos Sólidos e Impacto Ambiental de Aterros Sanitários". No início do seu percurso profissional trabalha como assistente de projectos de desenvolvimento na Alemanha para países em vias de desenvolvimento, sendo ainda Consultor no Projecto "*The Saudi Programme for Drilling of Wells, and Rural Development in the Sahel Countries of Africa - Phase III*" em Cabo Verde.
Depois do seu regresso a Portugal em 2003 cria o seu próprio projecto de Agricultura Biológica Urbana em 2005, o Projecto Raízes, ao qual dedica todo o seu tempo de trabalho desde então.
Durante os 7 anos de trabalho no Projecto Raízes, desenvolveu várias acções de formação em Agricultura Biológica, como são os casos do Curso de Apicultura e de Fruticultura, organizados pela Raízes, tendo participado ainda em diversas conferências e seminários.
No último ano, a Raízes ajudou a criar a primeira AMAP do país.

"UM PAÍS NÃO PODE VIVER SEM AGRICULTURA..."

O que achas do tema "Agricultura Familiar" para Ano Internacional 2014?
Acima de tudo penso ser importante debater a importância da Agricultura de Proximidade e de pequena escala, que a meu ver se encontra directamente associada à Agricultura Familiar.
Temos de reconhecer que a Agricultura Familiar sempre desempenhou um papel importante na preservação dos ecossistemas. Foram as famílias rurais que durante séculos cuidaram da paisagem, protegeram e preservaram ecossistemas. Com a fixação de famílias em zonas rurais o território estaria muito mais protegido. O pequeno agricultor funciona como uma espécie de guardião da paisagem. Afinal o Agricultor depende da preservação da paisagem rural e florestal para a sua própria sobrevivência.
Quero com isto dizer que é importante informar o público, sobre o enorme papel que é desempenhado por pequenos produtores, que vai muito além da simples produção agrícola.

Como é que vês a agricultura de pequena escala no contexto actual?
A agricultura de pequena escala, actualmente está exposta às leis selvagens de mercado e poucas hipóteses tem de sobrevivência num cenário de competição com os grandes produtores e a indústria da grande distribuição.
Um pequeno produtor dificilmente poderá competir com um grande produtor e muito mais dificilmente conseguirá corresponder às exigências de mercado, por não conseguir produzir em volume nem competir em preço.
Resta ao pequeno produtor encontrar novas estratégias para conseguir subsistir, associar-se a outros pequenos produtores, encontrar nichos de mercado, diferenciar-se na produção fazendo Agricultura Biológica e acima de tudo ser criativo. Verifico que nos últimos anos cada vez mais produtores desenvolvem marca própria, asseguram eles próprios a distribuição e assumem toda a parte comercial. Assumir a própria distribuição e comercialização é sem dúvida uma estratégia a considerar pelo pequeno produtor, mas tem custos, por vezes bastante elevados e é por isso que na Raízes, o meu projecto de agricultura biológica, procuramos uma nova solução. Para nós a solução passa por sermos criativos.

Estiveste na origem de uma associação de âmbito agrícola, que associação é esta?
A AMAP (Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade) é uma associação informal, que consiste num grupo de pessoas/consumidores que directamente apoiam um produtor, garantindo o escoamento da produção, ou parte, durante uma determinada época (agrícola).
Ao longo do tempo na Raízes sentimos cada vez mais dificuldades em produzir, porque a componente comercial nos consumia e consome muito tempo. Decidimos então arrancar com um novo projecto e criar a primeira AMAP do país, que já era um dos nossos desejos "secretos" desde o início do Projecto.
O conceito não é novo, tendo surgido já no Japão nos anos 60 do século XX, com o nome de *Teikei*, que significa aliança. É essa aliança que criamos na AMAP do Porto, através de um compromisso, que passa pela garantia de escoamento dos produtos, mas também por uma inclusão e participação dos consumidores na tomada de várias decisões relacionadas com a produção e distribuição.
Como o conceito de AMAP é ideal para nós, e pareceu-nos ideal também para qualquer pequeno produtor, pegámos nas malas e fomos a França em Dezembro de 2011 ao 2.º Encontro Nacional das AMAP francesas. Fomos ouvir e conhecer pessoas, falar com produtores e consumidores e perceber como tudo deve funcionar. Desde a organização de uma simples AMAP, até à organização de uma rede de várias AMAP por todo o país. Quando regressámos ao Porto foi tudo muito simples. Primeiro fizemos várias reuniões para explicar o conceito e formar um grupo inicial de consumidores e em parceria com o Café-Bar Duas de Letra, no Porto, que nos cedeu um espaço para fazer a distribuição criámos a primeira AMAP. Parece simples! É mesmo.



Aija Repsa

Cabras na Quinta da Raízes

A AMAP tenta responder a algum problema específico?
A AMAP oferece a possibilidade ao pequeno produtor de fazer aquilo que deveria ser a sua função principal, produzir. Tudo é acordado previamente, entre produtor e consumidores, garantindo assim uma estabilidade financeira ao produtor, para além de diminuir os custos inerentes à comercialização e distribuição.
Uma vez que existe um compromisso por parte dos consumidores em escoar parte da produção, o produtor deixa de estar exposto às leis de mercado, tendo o seu rendimento garantido. Ora isso faz com que a sua preocupação principal possa ser a produção e possa produzir em favor da variedade em vez da quantidade. Este aspecto é extremamente importante pois numa AMAP o produtor tem de fazer Agricultura Biológica e produzir em variedade, tal é essencial para aumentar o índice de biodiversidade da sua exploração. Para além disso, produzir em variedade permite satisfazer melhor as necessidades dos consumidores da AMAP.

Conheces exemplos mais antigos que tenham sido implementados com sucesso?
Em Portugal conheço apenas a iniciativa do Re.Ci.Pro.Co. que procurou implementar o mesmo conceito, mas creio que sem grande sucesso. Mas em França, vimos que o conceito tem ganho muitos adeptos, como provam as cerca de 1200 AMAPs que surgiram em França em apenas 10 anos.
É importante perceber que o sucesso de uma AMAP depende do nível de participação e envolvimento dos consumidores, por isso gostamos de chamar os consumidores de Consum'actores. Ao mesmo tempo é também essencial que o produtor esteja disponível a tomar decisões que vão de encontro aos interesses particulares do grupo de consumidores.

Achas que vai funcionar bem em Portugal?
Não acho, tenho a certeza. A AMAP do Porto, está a funcionar muito bem onde já temos um grupo de 17 consumidores e temos como objectivo aumentar para 25 consumidores nos próximos meses. Para além disso estamos já a apoiar, a partir do Porto, a criação de uma AMAP em Aveiro, com produtores locais.
Existem ainda outros contactos para outras zonas do país, mas está tudo a ser cozinhado em lume brando para que saia tudo bem. Acima de tudo, queremos primeiro consolidar o trabalho e experiência com a AMAP do Porto, para que a nossa experiência possa ser partilhada com sucesso na criação de novas AMAPs e que possa surgir uma rede a nível nacional à semelhança do que aconteceu em 10 anos em França.

Raízes
Rua de Mira, 72
4410-387 Arcozelo - Gaia
tlm: 919023458
mail: info@raizes.org

www.raizes.org
https://www.facebook.com/Raizes.bio
www.amap.pt
https://www.facebook.com/amap.pt

Samuel Button

Folha de Feijão

Qual é a importância da agricultura de proximidade?
Eu penso, se o petróleo acabar amanhã, quem vai trazer os nossos alimentos do Brasil, da China, da Rússia, Espanha, África do Sul, Chile, Peru? Como vamos armazenar as maçãs colhidas em 2013 para serem colocadas à venda ao longo do ano de 2014?
Será assim tão difícil de compreender que um país sem Agricultura de proximidade se coloca numa posição de maior fragilidade. Para mim não é, e por isso surgiu a Raízes.
Mas não é necessário que o petróleo acabe. A dependência alimentar será sempre uma das maiores fraquezas de um Povo ou de um território. Um país não pode viver sem Agricultura, mas cada vez mais temos também que pensar, que uma cidade precisa mais da Agricultura que uma aldeia. E nada melhor que integrar zonas de produção agrícola na periferia e na cidade. Imagino o Porto a ter um parque agrícola como hoje tem o Parque da Cidade. Imagino que seria um enorme sucesso.

E o que é o Projecto Raízes?
De facto a Raízes é um Projecto, pois não lhe vejo um fim. A Raízes é um Projecto Agrícola, sedeado em Vila Nova de Gaia, com 2 hectares para produção de hortícolas em Modo de Produção Biológico.
Toda a ideia do Projecto Raízes passa por fazer Agricultura Biológica de proximidade, e à semelhança daquela que é uma das funções das raízes, fixar a planta ao solo, o Projecto Raízes também procura fixar mais as pessoas à terra através de uma relação de proximidade com quem cultiva os seus alimentos.
É por isso que fazemos questão de sermos nós produtores a estar pessoalmente com as pessoas que compram os nossos legumes.
Para além disso, na Raízes procuramos que o nosso conhecimento seja transmitido ao maior número de pessoas possível. Por isso temos já desenvolvidos dois cursos anuais de formação, o curso de apicultura e fruticultura. A ideia é que a quinta possa ser um campo de produção agrícola, mas também uma fonte inesgotável de conhecimento.

Quais foram as maiores dificuldades?
As maiores dificuldades estão relacionadas com o investimento, em agricultura a necessidade de investimento é permanente, e mesmo recorrendo ao Programa PRODER, foi-nos muito difícil montar toda a estrutura para a produção. Felizmente conseguimos fazer os investimentos propostos no PRODER e agora temos a quinta estruturada para a produção.
A outra dificuldade que temos, é aquela que já mencionei acima relacionadas com as limitações de um pequeno produtor.

Quantas pessoas seriam necessárias para apoiar directamente o Projecto Raízes na AMAP?
Faço muitas vezes esta pergunta a mim mesmo. Não sei o número exacto, mas sei que não deveria ser difícil encontrar grupos de 50 a 80 pessoas para apoiar directamente um pequeno produtor e garantir-lhe o escoamento total da produção. Só no Grande Porto existem mais de um milhão de pessoas. Já pensaram quantos pequenos produtores podem ser apoiados directamente num modelo de AMAP?
O modelo da AMAP é um conceito que demonstra que existem alternativas ao modelo económico actual. A AMAP para além de permitir uma relação directa com o produtor dos nossos alimentos, permite também uma maior proximidade entre as pessoas. Dá-me um enorme prazer ver pessoas que não se conheciam ajudarem-se mutuamente e tornarem-se amigos, simplesmente porque uma vez por semana se encontram para ir buscar os seus legumes. Mas para fazermos da primeira AMAP um completo sucesso precisamos ainda de mais pessoas. Para isso convidamos todos a vir ter connosco e a participar neste projecto. Os nossos braços estão abertos.

Samuel Button

Sementes de Salsa

BALANÇO AMBIENTAL 2013
[-] PROJETOS TURÍSTICO-IMOBILIÁRIOS, NOVAS OBRAS EM PARQUES NATURAIS, DESINVESTIMENTO NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS
[+] RECUO NO TERMINAL DE CONTENTORES DA TRAFARIA, SILIAMB

Direção Nacional

O ano de 2013 foi marcado pela continuação da crise financeira e económica dos últimos anos e que tem atingido a Europa, e Portugal em particular. Apesar do desafio que uma situação deste tipo representa para a sociedade, num contexto da necessária alteração de comportamentos em prol de uma maior sustentabilidade ambiental, infelizmente, essa mensagem não tem passado de forma eficaz para a opinião pública e para os decisores em particular.

A crise financeira que atravessamos actualmente, para além de ter como consequência a diminuição do bem-estar da maior parte da população, tem acabado também por desviar a atenção da opinião pública dos graves problemas ambientais que continuamos a viver, tanto a nível local, como global. Seguindo uma lógica centrada no curto prazo, e muitas vezes sob pressão dos organismos internacionais que condicionam as nossas políticas, tem-se vindo a assistir, também no plano ambiental, a várias decisões pautadas por objetivos imediatistas, ao invés de privilegiar ações com implicações positivas a médio e longo prazo.
Como tem acontecido em anos anteriores, a Quercus faz pois um balanço ambiental relativo ao ano de 2013, selecionando os melhores e os piores factos, e apresentando algumas perspetivas para o ano de 2014.

[-] OS PIORES FACTOS AMBIENTAIS DE 2013

Projectos turístico-imobiliários
Continuam a proliferar intenções de projectos turísticos insustentáveis, um pouco por todo o País, do Litoral Alentejano (Vila Formosa) ao Algarve (Salgados), passando pela Península de Setúbal (Mata de Sesimbra). Estes projectos mais não são que empreendimentos verdadeiramente imobiliários que tentam ultrapassar as restrições impostas pela preservação ambiental, mascarando-se de projectos turísticos "inovadores", normalmente com várias centenas de moradias, para primeira ou segunda residência, e uns campos de golfe para valorizar o empreendimento. É a fórmula da construção civil desenfreada assim reinventada, mas que não consegue disfarçar os milhares de casas novas e por finalizar desocupadas ou devolutas que pululam por todo o Portugal.

Novas obras em áreas protegidas - Barragens de Veiguinhas (Bragança – PN Montesinho) e de Ribeira das Cortes (Covilhã – PN Serra da Estrela) e construção de nova estrada Lamas de Ôlo – Barreiro (Vila Real – PN Alvão).
O ano foi marcado pelo avanço de mais duas obras desnecessárias, decididas com critérios de favorecimento político em período pré-eleitoral autárquico: as Barragens de Veiguinhas e de Ribeira das Cortes, bem como a construção da nova estrada no Parque do Alvão, obras situadas, respectivamente, nos concelhos de Bragança, Covilhã e Vila Real. Todas elas estão situadas em Áreas Protegidas e irão destruir valores naturais significativos, sem que haja qualquer justificação quanto à sua necessidade, e utilizando verbas públicas de forma irresponsável. A Barragem de Veiguinhas possuía alternativas adequadas, como o abastecimento a partir da já existente Albufeira de Azibo situada em Macedo de Cavaleiros, ou realizando o alteamento da barragem de Serra Serrada, em Bragança, evitando assim impactes na zona de vida selvagem mais importante do Parque de Montesinho. A Barragem da Ribeira das Cortes é totalmente dispensável face aos cenários que apontam para uma futura diminuição da população no concelho da Covilhã e também no caso da estrada Lamas de Ôlo – Barreiro, no concelho de Vila Real, poderia ser encontrada uma solução de compromisso para servir as populações locais sem comprometer os valores naturais do Parque Natural do Alvão.

Desinvestimento nas energias renováveis
Portugal tem um enorme potencial para o aproveitamento de diversas formas de produção de energia renovável num futuro onde o peso da energia elétrica na energia final será cada vez maior. Apoiar investimentos descentralizados, com menores impactes ambientais, que gerem economias de escala e a preços mais reduzidos, é fundamental para o país. O Governo, com contas mal feitas e uma lógica de curto prazo, provocou em 2013 a estagnação do sector com consequências ambientais, económicas e sociais negativas para o futuro.

Declaração de Impacte Ambiental favorável ao Projecto de Exploração Mineira da Boa Fé, Évora no Sítio de Importância Comunitária de Monfurado (Rede Natura 2000)
O Governo decidiu viabilizar a instalação de um complexo de exploração de depósitos mineralizados auríferos numa área total de 99,56 hectares na freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé, concelho de Évora, estando parte da área projectada dentro do Sítio de Importância Comunitária de Monfurado (Rede Natura 2000). As incertezas próprias das flutuações da cotação do ouro nos mercados internacionais e a falta de garantia da assunção dos riscos e custos associados à implementação de todas as medidas previstas para a requalificação da área, bem como para a prevenção, monitorização e controlo de eventuais situações de acidentes futuros, demonstram que se trata de uma iniciativa arriscada que só poderá vir a trazer, como o histórico da atividade mineira em Portugal tem comprovado, mais custos para os contribuintes num futuro próximo. A crise económica que o país atravessa não deve ser motivo para deixarmos de ser exigentes com a preservação do Ambiente e apostarmos em atividades económicas compatíveis com a conservação dos recursos naturais renováveis, o que certamente não é o caso deste tipo de projetos com grandes riscos e impactes muito consideráveis no património natural do País.

Declaração de Impacte Ambiental favorável ao Plano de Pormenor da Praia Grande (Lagoa dos Salgados)
Mais uma decisão que coloca em causa o desempenho da Secretaria de Estado do Ambiente, ao decidir favoravelmente a pretensão da Finalgarve – uma empresa do que resta da Sociedade Lusa de Negócios – no sentido de permitir a construção do empreendimento turístico da Praia Grande (concelho de Silves), junto à Lagoa dos Salgados. Esta é uma decisão política totalmente errada, criando condições para a destruição de valores naturais importantes de uma das nossas lagunas costeiras mais valiosas, ainda para mais num contexto de excesso de oferta turística na região do Algarve que já está a provocar preços baixos e desemprego

Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional
O processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional é outra má notícia para os que defendem a conservação dos valores naturais em Portugal, já que a decisão do Governo vai permitir a navegação sem regras durante todo o ano nos rios Ponsul e Tejo, em áreas essenciais à reprodução da Cegonha-preta. Tratando-se de um capricho do anterior presidente do Município de Castelo Branco, a Quercus não compreende como é que o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não se terá mostrado intransigente perante esta ameaça sem precedentes à conservação de uma espécie ameaçada, símbolo do Parque Natural do Tejo Internacional, optando por uma suposta "compatibilização", que se sabe ser impraticável.

Aprovação do Regime Jurídico das Acções de Arborização e Rearborização
Com a aprovação do Regime Jurídico das Acções de Arborização e Rearborização, em Conselho de Ministros de 30 de Maio, e publicação no Diário da República através do D.L. nº 96/2013, de 19 de Julho, é revogada legislação desde o início do século passado, como o regime florestal, retirando-se condicionantes à plantação de espécies florestais de rápido crescimento próximo de nascentes e terrenos agrícolas cultivados. Este novo Regime vai dificultar a plantação de espécies naturais da floresta portuguesa e facilitar as arborizações de monoculturas de eucaliptal, constituindo-se assim como um retrocesso civilizacional da acção dos serviços florestais.

Incapacidade do Governo para gerir questões dos resíduos
Continuam-se a verificar grandes problemas ao nível da Secretaria de Estado do Ambiente e da Agência Portuguesa do Ambiente na gestão de várias questões ligadas aos resíduos, nomeadamente no enorme atraso nas licenças para as entidades gestoras de embalagens e de outros fluxos, na incapacidade total de controlar a gestão dos Resíduos de Equipamento Eléctrico e Electrónico, na continuação das graves ilegalidades na gestão dos Veículos em Fim de Vida e na definição de metas de reciclagem de resíduos urbanos demasiado baixas para a Lipor e a Valorsul. Continua também a existir uma falta de controlo considerável dos destinos dos resíduos, que tem sobretudo a ver com o enorme atraso na introdução das guias electrónicas.

Poluição do rio Noéme (Guarda) continua
Também ao nível local, várias situações lesivas ao Ambiente continuaram infelizmente a ocorrer em Portugal. O ano de 2013 termina sem que as descargas poluentes, bem visíveis, no troço final do rio Diz (afluente do rio Noéme) tenham chegado ao fim. Foram várias as entidades contactadas ao longo do ano – Câmara Municipal da Guarda, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Guarda, Águas do Zêzere e Côa, SEPNA, Administração Regional Hidrográfica do Norte, Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, Fábrica Tavares – sem que o problema tenha fim. A troca de acusações e de responsabilidades entre a Câmara Municipal da Guarda e a Fábrica Tavares parece ser a principal razão para o problema persistir.

Alteração da legislação de proteção ambiental
O Governo anunciou e tem levado a cabo um conjunto muito significativo de alterações legislativas em matéria ambiental, parte das quais já concretizadas ao longo do ano de 2013. Trata-se de uma mudança de fundo no panorama legislativo ambiental e de ordenamento do território, mudança essa à qual tem sido vedada a participação da sociedade civil em geral e, em particular, das diversas ONGA. Não se entende de que forma a articulação entre os vários regimes jurídicos e as alterações que se lhes adivinham poderão ser efetuadas através de um processo transparente e eficaz entre as diversas entidades públicas e privadas, se apenas são ouvidos organismos públicos, com manifesta preterição do princípio da democracia participativa, constitucionalmente consagrado.

Transcrição da Directiva comunitária sobre a utilização de pesticidas
Péssima transcrição da Diretiva 2009/128CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21/10/2009, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas, transposta para a ordem jurídica nacional através da Lei n.º 26/2013, de 11 de Abril. Os objetivos principais da Diretiva são a redução dos riscos do uso dos pesticidas e a implementação da Proteção Integrada por todos os utilizadores de pesticidas até 1/1/2014. Ora, entre outras alterações, foram retiradas quase todas as referências ao modo de proteção integrada, deturpando de forma inaceitável o próprio espírito da Diretiva.

[+] OS MELHORES FACTOS AMBIENTAIS DE 2013

Terminal de Contentores da Trafaria
Após um desastroso processo de imposição de um projecto que ninguém verdadeiramente sabia de que se tratava, dos autarcas envolvidos aos deputados nacionais, eis que o Governo, na pessoa do Secretário de Estado dos Transportes aparenta desistir de um dos maiores erros para o ordenamento do território da Área Metropolitana de Lisboa e para a estratégia portuária nacional. Falta agora definir esta última no quadro do Ordenamento do Espaço Marítimo.

SILiAmb – Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente
O SILiAmb teve origem num sistema anteriormente desenvolvido para os licenciamentos dos recursos hídricos a nível regional, tendo sido expandido a todo o país e a outros contextos, como o dos resíduos. A APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P num contexto de fusão e de integração dos vários Sistemas de Informação, disponibilizou esta excelente plataforma SILiAmb, a qual permite maior rapidez, eficiência, transparência e simplicidade na relação com os cidadãos e empresas, provando que a legislação ambiental não é um constrangimento e que os problemas existem quase sempre quando as entidades públicas estão mal organizadas e criam burocracias inconcebíveis numa era de desmaterialização.

Água Segura
Segundo o último Relatório Anual dos Serviços de Água e Resíduos em Portugal (RASARP 2012), publicado pela ERSAR, a entidade reguladora do sector, 98% da água fornecida pelos sistemas públicos de abastecimento tem boa qualidade e é segura. A reestruturação do sector da água que agora se prepara deverá ter em conta as diferentes realidades do país e ser implementada de forma a salvaguardar os investimentos feitos e a assegurar a sustentabilidade do sector, não apenas económica, mas também social e ambiental.

60% da energia elétrica consumida em Portugal Continental resultou de produção por fontes renováveis no país
Portugal recolhe os frutos de uma política de investimentos iniciada no princípio do século, que apesar de alguns impactes ambientais reconhecidos, é uma das principais razões para a redução da nossa dependência económica externa, de redução de emissões de gases com efeito de estufa, para além de geradora de emprego. O papel decisivo das renováveis permitiu a Portugal o 3º lugar no índice de desempenho climático dos países desenvolvidos.

Excelente temporada de reprodução do Lince-ibérico em Silves
No Centro Nacional de Reprodução do Lince-ibérico, em Silves, nasceram 17 crias, 15 das quais estão neste momento a adquirir comportamentos necessários à sua sobrevivência no meio natural, para assim ficarem aptas para as acções de reintrodução. De salientar que o centro português foi o que teve melhor desempenho no conjunto dos cinco centros de cria da espécie existentes no Programa Ibérico. Tendo em conta que as áreas a seleccionar devem reunir condições suficientes para potencialmente albergar uma população de lince viável no futuro, nomeadamente disponibilidade de alimento e habitat adequado, situação que está longe de acontecer neste momento, parece-nos prematura e despropositada a intenção política de realizar a primeira reintrodução já em 2014.

Plano dos Resíduos Urbanos (PERSU) prevê reciclagem de 50% em 2020
O novo Plano dos Resíduos Urbanos para 2020 prevê metas ambiciosas de reciclagem, mas perfeitamente exequíveis, uma vez que pela primeira vez um plano deste género reconhece a importância do Tratamento Mecânico e Biológico para se aumentar a reciclagem. Também reforça a importância da recolha seletiva porta-a-porta e do sistema PAYT (pagar em função dos resíduos produzidos).

PERSPETIVAS AMBIENTAIS PARA 2014
Plano de Mobilidade Nacional
Continua a não existir um plano de mobilidade nacional, que se centre nas questões graves por resolver nos grandes centros urbanos e nas áreas metropolitanas e também na ligação com o interior. O País continua à deriva para o transporte rodoviário individual, agravando a sua dependência energética do exterior e falhando rotundamente a necessidade de uma adaptação a uma realidade pós-petróleo. Urge o reforço e a reinvenção da ferrovia e do transporte marítimo de passageiros e de formas de transporte alternativo e ligeiro nas grandes cidades. Há iniciativas tímidas, mas muito ainda a fazer.

Convénio de Albufeira no novo ciclo de planeamento
Encontramo-nos agora em pleno segundo ciclo de planeamento na área dos recursos hídricos. Os segundos Planos de Gestão de Região Hidrográfica encontram-se em elaboração e deverão ser em breve colocados em discussão pública. Simultaneamente, Espanha delibera unilateralmente proceder ao reforço do Transvase Tejo-Segura, de forma expedita e sem inclusão nos seus Planos. Como será então possível uma gestão partilhada das bacias hidrográficas comuns - Minho, Douro, Tejo e Guadiana? É urgente renegociar o Convénio de Albufeira e impor caudais ecológicos, urgência tão mais premente quanto as disponibilidades hídricas tendem a diminuir significativamente face às alterações climáticas.

Entrada em vigor do novo Quadro Comunitário de apoio a Portugal
Encontrando-se na recta final as negociações em relação ao Acordo de Parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020, entre Portugal e a Comissão Europeia, o qual definirá as principais linhas orientadoras, compromissos assumidos e resultados pretendidos para a utilização dos fundos, a Quercus espera que esta não seja mais uma oportunidade perdida para debelar alguns dos problemas que continuam inexplicavelmente a subsistir no nosso país. Alguns desses problemas ambientais que urge resolver passam pela ausência de tratamento de águas residuais de aglomerados populacionais e pelos passivos ambientais resultantes da actividade industrial, mas também pela falta de investimentos na ferrovia e na mobilidade sustentável, nas energias renováveis e na eficiência energética, na promoção da reciclagem de resíduos a níveis aceitáveis, e na conservação dos valores naturais, com especial enfoque na conservação das Áreas Classificadas (Áreas protegidas, Rede Natura 2000 e Sítios RAMSAR), evitando também o financiamento público de projectos lesivos para o Ambiente.

Crise, energia e clima
Em contexto de crise, as emissões poluentes, nomeadamente de gases com efeito de estufa, têm vindo a diminuir, desde o setor dos transportes ao setor industrial e também doméstico. Porém, é vital que em 2014, com uma eventual retoma económica, estejamos preparados para promover um desenvolvimento apostado na redução de consumos, na eficiência energética, em simultâneo com a melhoria da qualidade de vida. 2014 será também um ano fundamental para um futuro acordo climático em 2015, e é crucial que Portugal assuma as posições políticas mais adequadas a um desenvolvimento sustentável.

Acompanhamento efetivo da fase de pós-avaliação dos projectos sujeitos a AIA por parte das autoridades públicas.
O acompanhamento da fase de pós-avaliação de projectos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) por parte das autoridades públicas, em particular por parte da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e do ICNF – Instituto da Conservação Natureza e das Florestas, tem sido confrangedor. A Quercus desconhece mesmo se existe ou não algum tipo de acompanhamento regular das medidas de monitorização, minimização e compensação previstas aquando de Declarações de Impacte Ambiental favoráveis ou favoráveis condicionadas a projectos com implicações negativas no ambiente, e em especial na biodiversidade. Espera-se pois que, com a publicação da nova legislação que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, em Outubro último, haja uma maior preocupação por parte das autoridades públicas com uma das áreas mais importantes da política pública de Ambiente.

Estabilidade e firmeza das políticas ambientais em Portugal
Cerca de dois anos e meio após este Governo ter iniciado funções, os resultados conseguidos na área do Ambiente estão aquém das expectativas. Levaram-se dois anos na preparação, reestruturação e adaptação numa aposta num MAMAOT que não foi ganha, não só devido a questões logísticas e burocráticas, mas também devido a várias decisões tomadas em sentido errado. Se juntarmos a isto, toda a instabilidade política e técnica que marcou a primeira metade do mandato do Governo na área do Ambiente, percebemos facilmente que este tema não se conseguiu assumir como um tema estruturante, com a força que seria necessária e de acordo com o prometido inicialmente. Depois do Governo, em Julho último, ter introduzido alterações orgânicas significativas na área do Ambiente, dividindo as competências do anterior MAMAOT pelos actuais Ministério da Agricultura e do Mar e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia espera-se que seja finalmente possível encontrar alguma estabilidade e soluções mais robustas e eficazes, que devolvam o peso necessário às temáticas ambientais na nossa sociedade e, sobretudo, garantam acções mais firmes e eficazes em torno destas questões.

Floresta e incêndios
Com a aprovação do novo Regime Jurídico das Acções de Arborização e Rearborização, as perspectivas do desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa ao nível das políticas públicas são quase inexistentes, com a provável expansão das monoculturas do eucalipto, e a ausência de faixas de contenção ao fogo com outras espécies mais resistentes, sendo assim de prever que os impactes ambientais dos incêndios florestais continuem a ser preocupantes.

Privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF)
Apesar da determinação do Governo em avançar para a privatização da EGF, sub-holding da Águas de Portugal para o negócio dos resíduos sólidos urbanos, espera-se que em 2014 possa imperar o bom senso e que a proposta seja melhor avaliada, na medida em que para além da incapacidade demonstrada pelo Ministério do Ambiente em gerir o dossier, existem riscos ambientais consideráveis associados a uma privatização deste tipo.

Ano Internacional da Agricultura Familiar
Naquele que será o Ano Internacional da Agricultura Familiar, espera-se em 2014 conseguir aumentar a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, e sensibilizar a população mundial para alguns aspectos tão importantes deste tipo de agricultura, que passam pelo papel relevante que desempenha na erradicação da fome e pobreza, pela melhora dos meios de subsistência das populações, pela correcta gestão dos recursos naturais, e pela proteção do Ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Reforço da produção agrícola nacional mas de forma sustentável
De acordo com as intenções anunciadas pelo Governo, 2014 deverá ser um ano em que a produção agrícola nacional deverá continuar a ter um incremento, como forma do país ultrapassar muitas das carências que revela ao nível da produção de alimentos e aumentar as nossas exportações. Sendo esta sem dúvida umas das áreas onde podemos e devemos investir, é contudo fundamental acautelar impactes no Ambiente, tanto a curto como a médio/longo prazo e como tal adotar critérios exigentes ao nível daquilo que deverá ser a produção a desenvolver, com produtos de qualidade, respeitadores do Ambiente e de preferência em modos de produção menos intensivos e mais sustentáveis, nomeadamente o modo de produção biológico.

EDUCAR PARA O PATRIMÓNIO COMUM
DO INTANGÍVEL CULTURAL AO INTANGÍVEL NATURAL 25 ANOS-EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE EM SERRALVES

Paulo Magalhães_ Quercus/Condomínio da Terra
Elisabete Alves_ Serviço Educativo Fundação Serralves

Fundação de Serralves

Kul Gautam – Ex-Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas

Serralves comemorou 25 anos de educação ambiental/educação para a sustentabilidade ambiental. 25 anos de uma caminhada que começa com os primeiros passos de Portugal neste domínio e que, desde então, sem nunca parar, se tem afirmado consistente, responsável, atenta ao «estado da arte» nos múltiplos domínios do conhecimento envolvidos, centrada nos desafios do contemporâneo, defensora de uma ética para um futuro «comum». Porque o amanhã se prepara - e para o amanhã nos preparamos - Hoje.

Para comemorar uma caminhada de 25 anos e partilhar tudo o que está a ser feito com os olhos no horizonte dos próximos 25, **Serralves assumiu uma parceria com a Quercus, o Global Commons Cluster for United Nations e a Unesco, para organizar esta Conferência Internacional trazendo para a ribalta aquilo que, a nosso ver, constituirá um ponto de viragem na história da humanidade: a utilização da definição científica dos limites do sistema terrestre (Save Operating Space of Humankind) para através da proposta do Sistema Terrestre a Património Natural Intangível da Humanidade, se construir um suporte jurídico global, sobre o qual se pode organizar a gestão do uso do sistema terrestre.**

Com o início da descoberta do funcionamento do sistema terrestre, os impactos sobre o ambiente abandonaram a escala local e alargaram as relações humanas à escala global. O reconhecimento internacional da existência desta natureza intangível constituída por uma determinada estrutura bioquímica do sistema terrestre, significa a assunção da nossa interdependência global. Este reconhecimento parece-nos constituir o primeiro passo para a criação de uma abordagem de carácter estrutural, isto é, a incorporação da realidade ambiental constituída pelo estado do sistema terrestre no sistema de organização social, pode constituir uma base organizacional que potencie a gestão e harmonização das graves consequências provocadas pela forte interdependência ambiental.
A recusa de enfrentar esta realidade, e a manutenção de uma visão de regresso ao modelo passado de soberania absoluta, só pode ter como consequência o agravamento dos efeitos do desastre ecológico e social. Aquilo a que Kant chamou "cooperação compulsória" parece ser o caminho que pode levar à construção de atitudes estratégicas que adoptaram planos racionalizados de convergência e cooperação, "mesmo contra a nossa própria vontade."
Se por um lado a "tragédia dos comuns" é uma evidência à escala global, como é o caso das alterações climáticas, o processo de convergência racional e estruturada está ainda numa fase embrionária.
Por isso, educar para esta interdependência e construir os suportes organizacionais para esta inevitável dimensão global, é o maior dos desafios com que a nossa civilização se confronta.
A Fundação de Serralves pretendeu assim, comemorar e refletir sobre 25 anos passados de educação para o ambiente à luz de orientações estratégicas para os próximos 25 anos.
Com esta Conferência pretendeu-se assinalar os primeiros passos de um caminho inovador de "Educar para o Património Comum" e sulcar caminho na organização destas relações globais. No âmbito desta Conferência foi elaborado um plano de ação para a apresentação de projeto de candidatura do Sistema Terrestre a Património Natural Intangível, ou a proposição de um novo tratado internacional sobre o Sistema Terrestre. Aplicando os princípios fundamentais do Património Comum da Humanidade aos "Planetary Boundaries" do Stockholm Resilience Centre, e articulando estes limites com a métrica usada pelo Global Footprint Network, é possível criar num novo objeto de gestão internacional e institucionalizada, tornando assim possível uma salvaguarda permanente deste "espaço de manobra seguro para a humanidade". Com esta Conferência relembramos a Educação Ambiental, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável na direção da «Educação para o Património Natural Comum».

Mais Informação
A experiência tem demonstrado que o uso partilhado e irrestrito de um mesmo recurso, finito e/ou frágil, por um grupo alargado de indivíduos, resulta numa inevitável "tragédia dos comuns". As alterações climáticas não são mais do que uma "tragédia dos comuns" à escala global. Aceitar voluntariamente regras para harmonizar o uso de um bem comum, pressupõe construir previamente os alicerces organizativos necessários para que a confiança possa começar a surgir. O primeiro alicerce será mesmo conseguir identificar e delimitar o recurso que todos precisam e dependem.
Qual é afinal o nosso GLOBAL COMMON? O que é isso que está para além das soberanias dos Estados, que não se confunde com o território, o espaço aéreo ou a Zonas Económicas Exclusivas e que nos une a todos? Como poderemos delimitar esse "algo" que sabemos que é comum numa escala global?
O nosso planeta, ao contrário de muitos outros, não é apenas uma esfera de rocha, água e ar, com uma área com 510 milhões de kms quadrados divididos entre diversos Estados. Este planeta possui um Sistema Natural que ultrapassa todas as fronteiras e não é fisicamente apropriável ou geograficamente delimitável, e que constitui o suporte da vida na Terra. Um "Earth's System" adequado às condições de vida humanas, requer uma determinada estrutura de concentrações biogeoquímicas, que a humanidade precisa respeitar a fim de evitar o risco de uma mudança ambiental catastrófica à escala global. Se existe uma estrutura de processos-base que garantem um espaço operacional seguro para a humanidade, então é necessária uma gestão colectiva do uso deste sistema para benefício de todos. Este sistema que todos usamos e dependemos, será mesmo o nosso principal Global Common.
A ética individual dominante está numa clara oposição ao colectivo global. Construir um futuro sustentável é muito mais um desafio de construção do comum, do que um desafio tecnológico. "Educar para um património comum" é então perceber a máxima Kantiana de que "só na prossecução dos interesse comum, é possível garantir o direito de cada um".

Fundação de Serralves

Plenário

Fundação de Serralves

Sala da Conferência

Fundação de Serralves

Prof. Viriato Soromenho-Marques

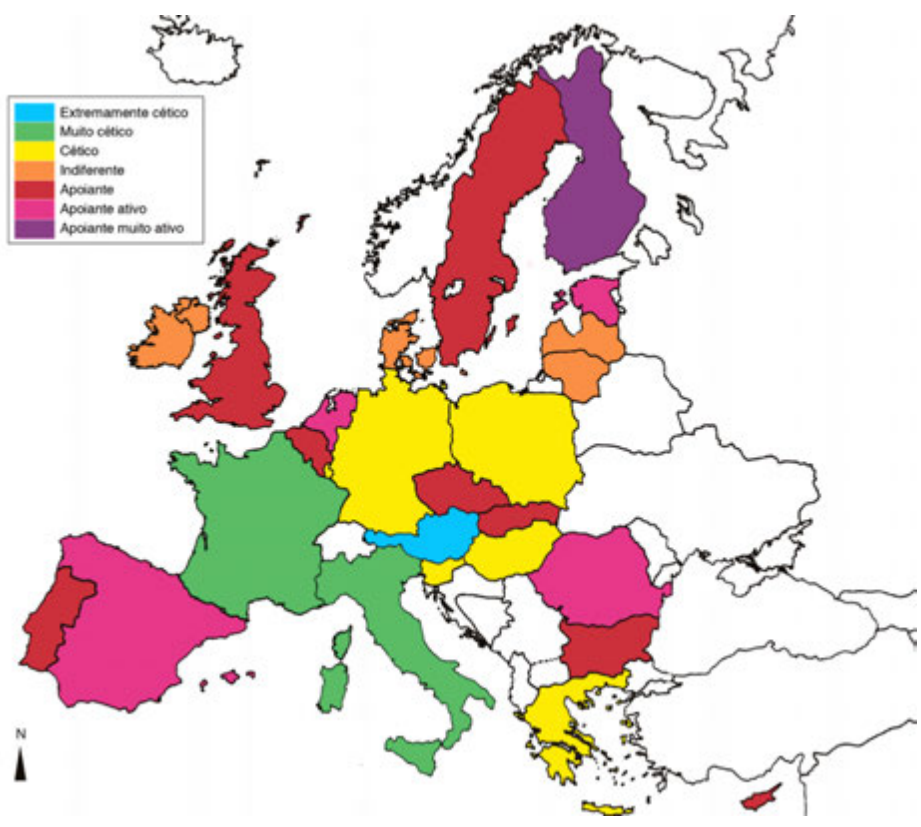
MICROSCÓPIO

Rede Europeia

A FALÁCIA DO CONCENSO CIENTÍFICO SOBRE A SEGURANÇA DOS TRANSGÉNICOS (ORGANISMOS GENÉTICAMENTE MODIFICADOS)

A mais recente estratégia da indústria para conseguir ultrapassar a resistência dos europeus aos alimentos geneticamente modificados e aligeirar as obrigações legais em vigor é tentar convencer público e legisladores que esta engenharia alimentar já foi dada como totalmente segura pela comunidade científica – e que se alguém pensar o oposto está a deixar-se manipular por interesses obscuros.
A Rede Europeia de Cientistas pela Responsabilidade Social e Ambiental tomou a iniciativa de abrir a cientistas e médicos a assinatura de uma Carta de Sábios onde se explica que a realidade é bem diferente do mito posto a circular pela indústria. Na sua primeira semana online mais de 200 especialistas de diversas disciplinas relevantes aderiram à declaração, demonstrando que o debate está longe de estar encerrado.
Veja abaixo um excerto das objeções à falsa alegação de consenso científico. A versão integral, incluindo notas e referências, pode ser consultada em www.tinyurl.com/ogm2013ensser

Não existe consenso sobre a segurança dos alimentos Geneticamente Modificados
Relativamente à segurança das culturas geneticamente modificadas (GM) e alimentos para a saúde humana e animal, uma revisão muito completa dos estudos sobre a segurança das plantas GM realizados em animais encontrou "Um equilíbrio no número [de] grupos de investigação que apontam, com base nos seus estudos, que uma série de variedades de OGM (principalmente milho e soja) são tão seguros e nutritivos como as respetivas plantas convencionais não GM, e aqueles que ainda levantam preocupações sérias". Esta revisão também verificou que a maior parte dos estudos que concluíram que os alimentos GM eram tão seguros e nutritivos quanto os que são obtidos pela agricultura convencional era "realizada por empresas de biotecnologia ou seus associados, que estão igualmente empenhados [na] comercialização destas plantas GM".
Estudos rigorosos com o propósito de investigar a segurança de culturas e alimentos GM incluiriam normalmente estudos sobre alimentação animal em que a um grupo de animais seriam dados alimentos GM e a outro grupo seria dada uma dieta equivalente mas não GM. Estudos independentes deste tipo são raros, mas nos casos em que estes estudos foram levados a cabo, alguns revelaram efeitos tóxicos ou sinais de toxicidade nos animais alimentados com OGM. As preocupações levantadas por estes estudos não foram seguidas por investigação orientada que pudesse confirmar ou refutar essas descobertas iniciais.
A falta de consenso científico sobre a segurança dos alimentos e culturas GM é sublinhada pelos recentes concursos para lançamento de investigação lançados pela União Europeia e pelo governo francês para que se estudem os seus efeitos a longo prazo na saúde à luz das incertezas evidenciadas pelos trabalhos de alimentação animal já realizados. Estes programas oficiais de financiamento implicam o reconhecimento da insuficiência dos protocolos de investigação atualmente em uso e também põem em causa as alegações de que a pesquisa existente pode ser considerada conclusiva e que o debate sobre a biossegurança pode ser dado por encerrado.
Não existem estudos epidemiológicos que investiguem os efeitos potenciais do consumo de alimentos GM na saúde humana
É frequentemente argumentado que já foram consumidas nos Estados Unidos "biliões de refeições GM" sem quaisquer efeitos nefastos. Contudo, não foram levados a cabo quaisquer estudos epidemiológicos no sentido de verificar se existiram ou não efeitos na saúde associados ao consumo desses alimentos GM. Como na América do Norte (que é um dos principais países produtores e consumidores de OGM) os alimentos transgénicos não estão rotulados como tal, é cientificamente impossível rastrear, e muito menos estudar, esses padrões de consumo e o seu eventual impacto. Assim, a alegação fundamentada na experiência da população norte-americana de que a alimentação GM é segura para consumo humano não tem nenhuma base científica.



AD

O NOVO MAPA DA UNIÃO EUROPEIA
A partir de cerca de sete anos de votações dos Estados Membros, e levando igualmente em consideração a existência (ou não) de cultivos GM e de legislação sobre a rotulagem de alimentos livres de transgénicos, é possível aferir a posição dos vários governos em matéria de OGM. Portugal, infelizmente, tem estado do lado errado da barricada.

Margarida Silva

Grão a grão

Não existe consenso sobre os riscos ambientais das culturas GM
Os riscos ambientais causados pelas culturas GM incluem os efeitos das plantas Bt (plantas inseticidas) em espécies não alvo e os efeitos dos herbicidas usados em combinação com culturas GM compatíveis (plantas tolerantes a herbicida).
Tal como com a segurança alimentar, não existe consenso científico relativamente aos riscos ambientais das culturas GM. Uma revisão das abordagens de avaliação de risco ambiental para culturas GM identificou falhas nos procedimentos empregues e identificou "falta de consenso" a nível global nas metodologias a aplicar.
Algumas revisões dos dados publicados sobre culturas Bt evidenciaram que elas podem ter efeitos adversos tanto em organismos não alvo como nas populações benéficas – efeitos esses que são amplamente negligenciados em avaliações regulamentares e por alguns comentadores científicos. Já foi detetada resistência ao Bt em pragas alvo e já também foram observados problemas com pragas secundárias (não-alvo), por exemplo no algodão Bt na China.
As culturas GM tolerantes a herbicidas revelaram-se igualmente controversas. Algumas revisões da literatura e estudos individuais associaram estas culturas a um aumento da aplicação de herbicidas à rápida disseminação de infestantes resistentes a herbicida e a efeitos adversos para a saúde de pessoas e animais por exposição ao Roundup, o herbicida usado na maioria das culturas GM.
Existem além disso evidências de que o desacordo entre cientistas sobre os riscos ambientais das culturas GM pode estar correlacionado com a fonte de financiamento que alimenta a investigação respetiva.
Conclusão
Que continue ou não a expansão dos OGM, e que os riscos identificados sejam aceites ou não, são decisões que envolvem considerações socioeconómicas que transcendem um debate científico exíguo e o âmbito típico dos programas científicos em biossegurança.
Estas decisões têm portanto de envolver toda a sociedade. Elas deveriam, porém, ser sustentadas por provas científicas sólidas quanto à segurança a longo prazo das culturas e alimentos GM, evidências essas obtidas de forma honesta, ética, rigorosa, independente, transparente e suficientemente alargada de modo a neutralizar enviesamentos.

Luís Silva

O ataque do milho

TEMA EM DESTAQUE

José Carlos Marques

QUE AGRICULTURA PARA O TERCEIRO MILÉNIO?
A PROPÓSITO DE 2014, ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Iwan Beijes

Krzysztof Szkurłatowski

Agricultura Tradicional vs. Industrial

Por decisão da 66ª Sessão Plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ano de 2014 será dedicado à agricultura familiar como reconhecimento da sua contribuição para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza no mundo.

Objetivos oficiais da comemoração

O objetivo principal desta celebração é promover em todos os países políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável de sistemas de produção agrícola baseados em unidades familiares, fornecer orientações para pôr em prática essas políticas, incentivar a participação de organizações de agricultores e despertar a consciência da sociedade civil para a importância de apoiar a agricultura familiar.

Por ela se entende o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

Imagem negativa moderna da agricultura

À imagem negativa da agricultura não é alheio o facto de os trabalhadores rurais terem estado durante milénios ao serviço dos proprietários da terra, ora como escravos, ora como servos da gleba, ora como trabalhadores assalariados, em todos esses casos sujeitos a uma exploração intensa em que muitas vezes não podiam sequer usufruir dos bens por eles próprios produzidos. Situação que nos séculos mais recentes foi agravada pelas plantações de tipo colonial e outras formas de sujeição da atividade agrícola à exportação.

Em França foi a Revolução de 1789 que permitiu o surgimento de uma classe de agricultores proprietários da terra que trabalhavam de forma independente, e em geral podiam alcançar uma vida digna, situação alterada no Século XX com o intenso desenvolvimento industrial e o êxodo da população camponesa, devido por um lado às grandes guerras e por outro à pressão da indústria, ávida de mão de obra e de consumidores para os seus produtos.

Farrebique Biquefarre

Dois filmes, realizados em França com um intervalo de 38 anos pelo cineasta e antropólogo Georges Rouquier, mostram bem como aos êxitos da industrialização da agricultura ocorridos após a segunda guerra mundial se devem também enormes perdas. Se a população da aldeia ficcional de Farrebique (1946) é de modestas posses e tem que enfrentar um trabalho árduo, na aldeia de Biquefarre (1983) uma população que aparenta mais conforto e riqueza foi atingida por males desconhecidos quarenta anos antes: o perigo dos pesticidas e outros produtos químicos de que os agricultores são as primeiras vítimas, por vezes mortais, o êxodo rural de massa que desertificava as aldeias, a pressão das «cadeias infernais» de trabalho importadas dos métodos da indústria. À sobriedade e dificuldade quotidianas de Farrebique, porém vividas com certa alegria e despreocupação, sucede a tensão, a pressão, a angústia financeira de Biquefarre.

Êxodo, despovoamento, guerra e crise

Durante a segunda guerra mundial, além da pressão da tendência de longo prazo a favor do prosseguimento do êxodo, o que levou a filósofa francesa Simone Weil a falar do desenraizamento camponês como a pior forma do desenraizamento geral que atribuía ao homem moderno, existiu também um temporário regresso ao campo, de tal forma as condições de vida nas cidades se tornavam difíceis e os custos inalcançáveis para a maioria das pessoas.

Fenómeno semelhante está a acontecer com a atual crise económica, nalguns casos aliás com apoio numa opção livre e numa cultura e mentalidade que revaloriza a terra e a proximidade com a natureza. A agricultura familiar e de pequena escala tem sido considerada por alguns economistas como mais produtiva do que a economia de tipo empresarial e louvada pelo facto de se basear num trabalho realizado em família, que ofereceria a cada um possibilidades de se realizar quer no aspeto afetivo quer no aspeto funcional, e que poderá vir a recuperar uma certa forma não só de sustento mas de prosperidade em termos económicos.

Miséria imerecida do mundo rural

Por outro lado, a agricultura familiar, quando associada a situações de miséria e carência, tem também constituído uma forma de sobrexploração do trabalho humano. Em Portugal, com a revolução liberal, não chegou a criar-se, a não ser de forma excecional, uma classe de pequenos agricultores livres, independentes e economicamente viáveis, como em França. Surgiu antes em certas regiões a propriedade latifundiária cultivada por trabalhadores sem terra proletarizados, e noutras a predominância do minifúndio dividido e subdividido continuamente, que não permitia a viabilidade económica dessas pequenas unidades.

Foi essa situação que levou D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto no tempo do regime de Salazar, a denunciar, no final dos anos 1950, na sua célebre «Carta» que lhe valeu o exílio, a «miséria imerecida do mundo rural». O desenvolvimento, que depois se quis contrapor a essa miséria, tal como foi concebido no Século XX, consistiu afinal na quase completa supressão desse mundo rural, com a aceleração do despovoamento dos campos.

Debandada camponesa e degradação da imagem dos campos

Entre nós, o êxodo assumiu a forma de um movimento emigratório, autêntica debandada em massa nos anos 1960 que praticamente liquidou formas sociais quase feudais como os contratos de caseiros e rendeiros, mas que deixou também inviabilizada a continuidade agrícola de regiões inteiras. Seguiu-se a desvalorização e rebaixamento da dignidade do mundo camponês e da sua cultura, uma cultura até há pouco de analfabetos, é certo, porém de enorme riqueza criativa como se manifestou na música (vejam-se as recolhas de Giacometti e de Armando Lessa, por exemplo), na tecnologia (toda a obra etnográfica de Jorge Dias e da escola de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e colaboradores), e na arquitetura vernácula (veja-se a obra monumental Arquitectura Popular Portuguesa, resultante do inquérito feito nos anos 1960 pela Ordem dos Arquitetos, além de várias outras sobre o mesmo tema).

Trabalho agrícola livre em pequena escala

No Ano Internacional da Agricultura Familiar, podemos optar por pôr na ordem do dia a viabilização da agricultura familiar, com vista a revitalizar muitas zonas rurais hoje abandonadas ou deprimidas, já quase só habitadas por uma população envelhecida e que em breve não poderá dar

Bill Davenporti

Agricultura em mudança

continuidade ao que essas zonas ainda mantêm de próprio, quer em termos de paisagem quer em termos de estilo de vida e de especificidade cultural.
Essa revitalização poderá também retomar hábitos de convivência saudáveis e solidários. Com todas as suas limitações e espartilhos, que foram e são ainda reais, a vida nas aldeias, em contrapartida, tinha, ainda tem por vezes, e pode voltar a ter, uma coesão e resistência, quer nas épocas boas quer nas desfavoráveis, propícias à entreajuda e à partilha.
Os que procuram uma vida mais saudável e mais em harmonia com a natureza, muitas vezes são também motivados pela compreensão do papel positivo que pode ter a revitalização dos campos com base em valores, ideais e tecnologias ambientalmente positivas. Nessa ótica, as aldeias e a agricultura familiar ou também de pequenos grupos, pequenas cooperativas e empresas ou comunidades, podem contribuir fortemente para a resolução da crise ecológica atual, crise essa que, quando manifestar todas as suas consequências, terá proporções bem mais formidáveis do que a já temível atual crise económica.
Essa revitalização poderá proporcionar uma oportunidade de realização e felicidade, sem que isso signifique subestimar as dificuldades e obstáculos, que não deixarão de se apresentar, ou iludir-se com uma visão fantasista de um paraíso contínuo de onde pudesse estar ausente o esforço, a persistência e a sobriedade nos desejos e ambições materiais, sem que esse esforço represente necessariamente uma dureza excessiva.

Formas económicas e sociais
Ao estabelecer-se uma diferença dicotómica entre agricultura familiar e agricultura patronal, poderemos estar a cair numa simplificação exagerada que oculta diversas outras realidades da agricultura no mundo de hoje.
A agricultura de tipo empresarial apresenta várias modalidades muito diferentes entre si. A pequena agricultura familiar, embora possa caraterizar-se como uma pequena empresa familiar, na verdade é anterior a uma mentalidade de tipo empresarial, no sentido corrente do termo, e dificilmente se harmoniza com ela, embora todo o ambiente económico atual a empurre nessa direção.
No que se refere às médias e grandes empresas agrícolas, incluindo algumas que são propriedade de uma só família e na qual os membros da família tomam alguma parte no trabalho corrente, seja a nível de gestão seja mesmo a nível de trabalho braçal ou físico, o recurso extensivo a mão de obra permanente desde logo estabelece uma primeira grande diferença com a pequena agricultura familiar. Se bem que esta também possa recorrer episodicamente a mão de obra exterior paga, ela não atinge em geral dimensão superior ao trabalho fornecido pela família.

Especulação financeira e alternativas
Pouco há em comum entre uma pequena empresa familiar e uma grande unidade de monocultura de tipo empresarial capitalista e de sociedades por ações, sujeita à especulação em que as culturas não passam de «produtos» económico-financeiros (commodities). Nos Estados Unidos, há muito tempo que os agricultores, no sentido originário do termo (farmers) desapareceram das estatísticas. Encontramos apenas tratoristas, ceifeiros-debulhadores mecânicos, aplicadores de pesticidas (seja qual for a terminologia aplicada). Não que não existam agricultores. Como remanescentes de uma época suprimida, ou como uma esperança ainda ténue de uma nova filosofia e prática da agricultura, assente em pilares como a sustentabilidade, a ecologia, a biodiversidade, geralmente exercida por gente instruída e culta em pequenas ou médias unidades e frequentemente associada a conhecimentos profundos e vastos, de caráter holístico e não ultrafragmentado e ultraespecializado como a agricultura convencional dita de vanguarda.
Thomas Jefferson, um dos pais fundadores dos Estados Unidos, está ligado a uma imagem ainda romântica da agricultura familiar hoje quase desaparecida nos países economicamente ditos mais «avançados. Em livro há três anos publicado nos Estados Unidos[1] mostra-se o abismo entre a retórica corrente sobre a vida dos agricultores, denunciada pelo autor como um mito no sentido pejorativo, que faz de conta que o ideal jeffersoniano ainda corresponde a algo de real na vida americana, e a rudeza com que a especulação económica e financeira preside hoje aos destinos da vida agrícola. No livro pugna-se por uma agricultura que em parte restaure esse ideal e o torne de novo atuante. Ideal que pode conter também algo de mítico, mas agora num sentido positivo, orientador, que vislumbra o futuro através das névoas cerradas do presente.
No caso português, não seriam talvez as agriculturas altamente produtoras, cientificizadas, tecnologizadas (por exemplo a forma como agora se cultivam olivais, muito gabadas pela sua alta produtividade, mas que destroem e comprometem solos sem um piscar de olhos) que seriam o futuro desejável mas sim a agricultura biológica, a permacultura, os movimentos da «transição», que já atraem muita gente e muitos jovens.
O Ano Internacional da Agricultura Familiar corre o risco de lançar alguma ambiguidade na imagem pública da agricultura se não for capaz de ajudar a distinguir entre o mito pejorativo e o ideal positivo, mesmo com a sua carga mítica criadora e motivadora. Cabe aos movimentos que propõem uma agricultura em maior harmonia com a natureza dissolver a névoa e apontar caminhos de esperança e de futuro, sem que, por ingenuidade ou subestimação das dificuldades, deem o flanco a certos académicos que se comprazem em escarnecer como «mítico» esses movimentos e as ideias que eles transportam.

1 - *The Agrarian Vision: Sustainability and Environmental Ethics*, de Paul Thompson, University of Kentucky Press, 2010.

Eduardo Trage

Paisagem rural

Mário Gonzaga

Vindima

RECORTES

INTERNACIONAL

Europa concorda em reduzir substancialmente o uso de hidrofluorcarbonetos
A União Europeia conseguiu chegar a um acordo de compromisso para uma proibição parcial do uso de hidrofluorcarbonetos (HFC) até 2030, naquilo que é o "princípio do fim" do uso destas substâncias. Os HFC são gases com efeito de estufa (GEE) com um enorme potencial de aquecimento global, contribuindo decisivamente para o agravamento do problema das alterações climáticas.

NACIONAL

Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos: Portugal deixou de cumprir as metas
Depois de muita insistência da Quercus, junto do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE), que envolveu inclusive uma queixa junto da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) respondeu à Quercus confirmando que em 2012 não foram atingidas as metas de reciclagem para os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE).

QUERCUS

Parque Eólico de Alvaiázere viola Sentença Judicial
O Parque Eólico de Alvaiázere foi instalado há três anos junto de um abrigo de importância nacional para a conservação de morcegos ameaçados de extinção, em pleno Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000, sem terem sido avaliadas alternativas de localização.

Quercus apresenta queixa formal à Comissão Europeia para parar construção da Barragem de Veiguinhas em plena Zona de Proteção Especial
Na sequência da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. ter avançado nos últimos meses com as obras de construção da barragem de Veiguinhas, em plena Rede Natura 2000 (Zona de Protecção Especial para Aves, Sítio de Importância Comunitária) e situada no Parque Natural de Montesinho, a Quercus apresentou uma queixa à Comissão Europeia e um novo processo de embargo da obra, dada a gravíssima violação da legislação nacional e comunitária.

Quercus e REN assinam protocolo de apoio ao programa Floresta Comum
A Quercus e a REN - Redes Energéticas Nacionais assinaram um protocolo de apoio ao programa "Floresta Comum" com duração de cinco anos. Trata-se de um programa de fomento e incentivo à criação de uma floresta autóctone com altos índices de biodiversidade e de produção de serviços de ecossistema.

SALVA A TERRA GANHA PRÉMIO NO PORTUGAL FESTIVAL AWARDS

Samuel Infante

Coorganizado pela Quercus - núcleo de Castelo Branco, pelo projecto musical Velha Gaiteira e pelo Município de Idanha-a-Nova, o Eco Festival é um festival bianual que vai na 3.ª edição. Decorreu de 7 a 10 de Junho 2013, em Salvaterra do Extremo, aldeia do concelho de Idanha-a-Nova, dentro do Parque Natural do Tejo Internacional.

O que nos diferencia dos restantes festivais
O Salva a Terra é um Eco Festival, que tem como principal objectivo a angariação de fundos para o CERAS-Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens. As receitas obtidas revertem a 100% para o CERAS.
O Salva a Terra é um Eco Festival 100% "Pro-Bono", no qual toda a organização, artistas, formadores, guias, e restante equipa trabalham de forma voluntária em prol da preservação de algo que é de todos nós: a biodiversidade.
Divulgar a música desenvolvida em Portugal e no mundo ao nível de fusões, descobertas, confluências e reuniões de vários géneros musicais como: jazz, folk, blues, fusão, tradicional e fanfarra, é um dos seus objectivos. Pretende ainda implicar os participantes (músicos e público) de forma activa na conservação da Natureza, fomentando o espírito participativo como única forma de verdadeiramente conhecer e compreender o meio natural, amá-lo e defendê-lo.
O festival dá ainda a conhecer o património natural desta região assim como as suas tradições e costumes, reaviva Salvaterra do Extremo envolvendo os participantes no quotidiano da aldeia, alertando para as problemáticas do despovoamento associadas à desertificação e perda da biodiversidade. Promove a partilha de ideias e experiências e fomenta o trabalho de grupo, favorecendo a cooperação e integração dentro da comunidade onde se vai desenvolver o festival.

Festival mais sustentável no Portugal Festival Awards
A edição de 2013 do Salva a Terra, ganhou o prémio de festival mais sustentável no Portugal Festival Awards, um prémio que reconhece o nosso esforço e que nos motiva a tentar ir mais longe nas próximas edições. Este reconhecimento pelo júri foi entregue na cerimónia que decorreu na Aula Magna, em Lisboa, no passado mês de Outubro.

Portugal Festival Awards

Entrega de prémio na cerimónia do Portugal Festival Awards

Samuel Infante

Plantação de árvores

Samuel Infante

Libertação de Falcão-peregrino (Falco peregrinus)

Boas práticas de Sustentabilidade
Entre outros exemplos das boas práticas ambientais que aplicamos no festival destacamos o cariz ambiental e pedagógico das actividades desenvolvidas e o envolvimento real da população da aldeia nas actividades do festival, nomeadamente através de workshops por si desenvolvidos e também a realização de concertos intimistas nos quintais das casas de Salvaterra do Extremo.
Outra das componentes diz respeito ao consumo de produtos locais na cantina do festival, dando naturalmente prioridade aos de produção em modo biológico. Nesta edição todos os legumes e hortícolas eram de origem biológica e a ementa na cantina do festival foi vegetariana. No que diz respeito aos resíduos e energia destacamos a promoção da redução do consumo de embalagens e a reciclagem de todos os resíduos da cantina (embalagens e resíduos orgânicos) a reutilização de materiais de outros festivais para decoração e infraestruturas, a utilização de iluminação eficiente nos parques de campismo (leds), a não utilização de plásticos, promovendo o uso de uma caneca do festival e pratos reutilizáveis na cantina, a utilização de casas de banho secas (compostáveis) no campismo. Na componente da Mobilidade promovemos a partilha de boleia e uso de bicicleta para chegar ao Salva a Terra. Realizamos também um sorteio de uma bicicleta de 2 lugares (tandem-Orbita) edição especial Salva a Terra para quem adquiriu bilhete geral. Promovemos a utilização de bicicletas pela organização durante o evento. Fizemos a compensação das emissões de carbono e da pegada ecológica da organização, artistas, formadores, guias e restante equipa, através da plantação de árvores autóctones pelo projecto "Criar Bosques" da Quercus ANCN no Tejo Internacional.

Plantação de árvores
No passado dia 23 de Novembro, foi compensada a pegada ecológica do Eco Festival Salva a Terra no Monte Barata, uma reserva da Quercus em pleno Parque Natural do Tejo Internacional, com a plantação de árvores autóctones. Com a ajuda de cerca de 20 voluntários plantámos 400 árvores e arbustos de várias espécies como o Carvalho-português (*Quercus faginea*), azinheiras (*Quercus rotundifolia*), sobreiros (*Quercus suber*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e pilriteiros (*Crataegus monogina*). No decorrer desta actividade tivemos oportunidade de realizar vários passeios para observação da fauna e flora e foi libertado um Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) recuperado no CERAS.

Mais informação em:
www.salvaterra.pt/
www.facebook.com/Salva.a.Terra

BIOGEOGRAFIA

NÚCLEO DO RIBATEJO E ESTREMADURA

Núcleo do Ribatejo e Estremadura da Quercus

O Núcleo do Ribatejo e Estremadura participou nos dias 19 e 20 de Outubro no Festival dos 5 Rios, um festival organizado pela ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte que conta com o apoio da Quercus. Este evento, constituído por cinco acções de participação gratuita, desta vez teve lugar no Rio Zêzere e incluiu diversas atividades ao ar livre onde teve a participação de elementos do Núcleo na dinamização de um percurso de interpretação da Natureza realizado em Dornes, concelho de Ferreira do Zêzere.
Nos dias 1 e 2 de novembro, o Centro de Educação Ambiental de Ourém foi mais uma vez o local escolhido para a realização de um workshop dedicado aos cogumelos. Desta vez, os eleitos foram os cogumelos silvestres, que os participantes tiveram a oportunidade de aprender a identificar sob orientação do Engenheiro Marco Ferraz da AmbiEduca. Este workshop além da parte teórica envolveu também uma saída de campo para a apanha de algumas espécies de cogumelos que no final fizeram as delícias de todos os participantes.
Também no mês de novembro, foi assinalado o Dia da Floresta Autóctone com uma ação de reflorestação na área envolvente à Albufeira de Castelo de Bode realizada pela Quercus em conjunto com a EPAL. Esta iniciativa, organizada pelo Núcleo do Ribatejo e Estremadura contou com a presença de colaboradores da Quercus e da EPAL que com esta plantação contribuíram para o restauro de zonas devastadas pelos incêndios de verão ajudando na proteção da qualidade da água daquela que é a mais importante reserva de água do país.
Ainda no âmbito das comemorações do Dia da Floresta Autóctone, o núcleo do Ribatejo e Estremadura realizou, no dia 26, um conjunto de atividades que contaram com a participação de cerca de 80 crianças do ensino pré-escolar até ao 10º ano das escolas do concelho de Ourém. As atividades tiveram lugar no Centro de Educação Ambiental de Ourém e começaram com um pequeno percurso pela Mata Municipal destinado a alertar as crianças para a importância da floresta autóctone e para lhes dar a conhecer algumas espécies autóctones de árvores e arbustos. Posteriormente, os jovens do 10º ano da Escola Secundária de Ourém tiveram a seu cargo a tarefa de construir e colocar algumas caixas-ninho, enquanto as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo realizaram uma sementeira de bolotas em pacotes de leite e plantaram alguns arbustos autóctones.
Dada a importância que a Educação e Sensibilização Ambiental assumem para o Núcleo do Ribatejo e Estremadura e no seguimento daquele que é o Ano Internacional da Cooperação pela Água foi proposto às escolas do 1º e 2º ciclos do concelho de Ourém o Programa Educativo "Rios e Ribeiras da Nossa Terra". Trata-se de um programa para o ano letivo 2013/2014 que visa dar a conhecer aos alunos, e restante comunidade escolar, os cursos de água locais, a sua biodiversidade e os seus problemas ambientais, incentivando à preservação dos recursos hídricos e dos valores naturais que lhes estão associados.

Gina Courela

Percurso interpretativo do Festival dos 5 Rios-Zêzere

Alexandrina Pipa

Workshop de iniciação à identificação de cogumelos silvestres

Alexandrina Pipa

Plantação Quercus-EPAL no Dia da Floresta Autóctone

Gina Courela

Comemoração do dia da Floresta Autóctone

Alexandrina Pipa

Saída de campo no âmbito do Programa Educativo "Rios e Ribeiras da Nossa Terra"

NÚCLEO DE BEJA E ÉVORA

Núcleo de Beja e Évora da Quercus

Dia da Floresta Autóctone nos Gasparões
No passado dia 25 de Novembro, no âmbito das Comemorações do Dia da Floresta Autóctone participámos com a animação "Vamos fazer Crescer a Floresta" no âmbito das actividades que decorreram no Centro de Educação Ambiental dos Gasparões, no concelho de Ferreira do Alentejo. Nesta actividade participaram cerca de 50 alunos dos 3º e 4º anos que puderam assim ficar a conhecer um pouco melhor as espécies da nossa floresta autóctone bem como a importância da fauna que lhe está associada, nomeadamente as aves insectívoras e os morcegos e a necessidade de se usarem caixas ninho para algumas destas espécies. Foi também divulgado o projecto Greencork, com vista ao incentivo à reciclagem de rolhas de cortiça.

Cátia Figueiredo

Actividades do dia da Floresta Autóctone

Cátia Figueiredo

Actividades do dia da Floresta Autóctone

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo de Braga da Quercus

Oficina de Frutos do Bosque_ Américo Barbosa
O Núcleo de Braga promoveu na Quinta Pedagógica um curso de "Frutos do Bosque " que decorreu entre as 10 e as 17 horas – com uma hora de intervalo para almoço - a 19 de Outubro.
Durante a manhã o curso decorreu em recinto fechado, tendo o Eng. José Pedro Fernandes abordado, em exposição teórica apoiada em imagens, os problemas genéricos da produção de frutos do bosque, particularizando com uma viagem detalhada por amoras, framboesas, mirtilos, groselhas, uvas do monte, medronheiros, murtas, rosas, marmeleiros do Japão, mahonias, camarinhas, arandos, aronias, aveleiras e gojis.
À tarde, na estufa, o exame das espécies estudadas de manhã teve um pendor mais prático com a utilização de plantas e animada conversa sobre as particularidades do cultivo de cada.
Os dez formandos (faltaram dois inscritos), maioritariamente de meia-idade têm interesse lateral na fruticultura, visando o melhoramento dos seus jardins e quintais.

América Barbosa

Oficina de Frutos do Bosque

Curso de Arboricultura e Poda de Árvores Ornamentais_ Abel Barroso
Nos dias 26 de Outubro e 2 de Novembro, realizou-se no Parque do Bom Jesus do Monte, em Braga, o curso de Arboricultura e Poda de Árvores Ornamentais. Este curso teve a presença de 20 pessoas, onde mais de metade, eram profissionais de arboricultura, os restantes eram profissionais de jardinagem e da área agrícola.
O curso teve a componente teórica em sala, que fez a abordagem às técnicas de poda, de escalada, ferramentas de corte, equipamentos adequados e necessários para escalada, assim como equipamentos de proteção individual.
Na componente prática, foi feita uma visita à mata para observar espécies e locais a intervir.
Os formandos tiveram contacto com os equipamentos de escalada e de poda. Cada um fez e treinou a fazer nós com cordas, necessários para a escalada, prisão e descida de troncos.
Apesar da chuva na última parte da formação prática, os formandos não fugiram à experiência na escalada, que levou cada um, a experimentar os equipamentos e a sua destreza de utilização.
Os formandos ficaram muito satisfeitos com a componente teórica do curso, mas deixaram a crítica na falta de poda prática.
Segundo a opinião do formador Eng. Daniel Magalhães, não seria possível fazer podas em altura, sem que os formandos soubessem escalar. Com o limite de tempo e com a chuva, não foi possível chegar à parte prática da poda. Ficou o pedido de alguns formandos, que se realizasse um complemento, com a parte prática que não se conseguiu realizar neste curso.

Abel Barroso

Arboricultura

Oficina de Elaboração de Sabões Naturais e Ecológicos_ Custódia Gonçalves
O Núcleo de Braga realizou no dia 5 de Outubro de 2013, entre as 14h00 e as 17h30, uma Oficina de Elaboração de Sabões Naturais e Ecológicos, na Quinta Pedagógica de Real, em Braga.
O sabão natural caracteriza-se pela combinação de apenas produtos naturais, sem substâncias tóxicas, derivados do petróleo e produtos geneticamente modificados. Sem intervenção de processos industriais no seu fabrico, sendo confeccionado em pequenas quantidades e de forma artesanal, este produto é pensado de forma a não agredir o ambiente, pois é 100% biodegradável, aliando dessa forma valores de sustentabilidade e responsabilidade social.
O programa integrou uma componente teórica, onde foram abordados os conteúdos relacionados com a noção de sabão natural; diferenças entre sabão comercial e artesanal; definição de saponificação; métodos de fabrico; sabão feito pelo processo a frio; base alcalina; tipos de gorduras (saturadas e insaturadas); aditivos; líquidos, sólidos.
Na parte prática da oficina fez-se um sabão base, sem a adição de aditivos.
Houve, ainda, um espaço para fazer uma breve demonstração de como elaborar um simples e sustentável hidratante, à base de cera de abelha e azeite com plantas aromáticas.
Estiveram presentes 16 formandos que se revelaram muito satisfeitos com a oficina e como sugestões referiram que gostariam de receber formação sobre a elaboração de cremes, velas de massagem, esfoliantes, etc.
A 16 de Novembro realizou-se outra formação idêntica, tendo havido uma maior preocupação de envolver os formandos na elaboração dos sabões. Mesmo assim ainda ficaram pessoas em lista de espera, pelo que pretendemos vir a realizar uma nova oficina de sabões.

AD

Oficina de sabões naturais e ecológicos

Paula Pereira

Controlo de mimosas

Projecto de Controlo de Mimosas – Transplante de Floresta Autóctone_ Ana Cristina Costa
Na tarde do dia 23 de Novembro, Dia da Floresta Autóctone, o Núcleo de Braga realizou uma acção de florestação com espécies de floresta autóctone, como parte do Projecto de Controlo de Mimosas, que já se está a realizar há três anos, no terreno da Confraria do Bom Jesus do Monte, em Braga. Assim, das 42 pessoas inscritas, entre crianças e adultos, estiveram presentes 30 pessoas. Aproveitou-se também para arrancar muitas mimosas que estavam a germinar em zonas de clareiras. Esta actividade foi, mais uma vez, realizada com a colaboração de voluntários da Nornatural/Naturhouse e com a Associação de Guias de Portugal, tendo sido os lanches fornecidos pelos Hotéis do Bom Jesus.

AD

Oficina de cosmética natural

Oficina de Introdução à Cosmética Natural_ Ana Cristina Costa
A Oficina de Introdução à Cosmética Natural, teve lugar na tarde do dia 30 de Novembro, na Quinta Pedagógica de Real, em Braga, com 18 formandos, tendo ficado muita gente excluída, pelo que se está a preparar mais formações para 2014.
A acção de formação foi toda ela prática e constou da elaboração de cosméticos para consumo imediato (podendo alguns deles permanecer no frigorífico por alguns dias) visto serem à base de iogurte, sumos de fruta, vegetais, ovo, entre outros ingredientes saborosos.

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo de Lisboa da Quercus

O Núcleo Regional de Lisboa, no decorrer dos meses de Outubro e Novembro, mantendo a necessária gestão corrente, continuou igualmente a assegurar um conjunto diversificado de representações, eventos e actividades, a nível interno e externo.
Para além da acção realizada a 6 Outubro integrada no âmbito da iniciativa Eurobirdwatch 2013, conjuntamente com o Núcleo Regional de Setúbal, com o apoio da Fundação para a Protecção de Gestão Ambiental das Salinas do Samouco e da visita à 5ª Edição da Feira ObservaNatura, no dia 12 de Outubro, são também de salientar as seguintes participações:

Acção de manutenção na Micro-Reserva da Peninha, 19 de Outubro

Foi efectuada uma acção na Micro-Reserva da Peninha, no Parque Natural de Sintra-Cascais, que contou com a participação de cerca de uma dezena de voluntários, incluindo do Núcleo Regional de Lisboa, que contribuíram para os trabalhos de manutenção desta área.
Foram igualmente colocados dezenas de marcadores nas árvores autóctones já plantadas, para a respectiva sinalização, os quais foram realizados no âmbito das actividades desenvolvidas pelos voluntários do Núcleo Regional de Lisboa.

Apoios, presenças e representações do Núcleo Regional de Lisboa

- Divulgação da Iniciativa "A Corda pelo Botânico", 19 de Outubro
- Presença na sessão "O efeito da Ilha de Calor na Saúde Humana - o Caso de Lisboa", 22 de Outubro
- Participação no Conselho de Representantes da Quercus, Braga, 26 de Outubro
- Participação na saída de campo efectuada a 2 troços do Rio Este, adoptados no âmbito do Projecto Rios pelo Núcleo Regional de Braga, com actividade para identificação de flora com o Prof. Jorge Paiva, 27 de Outubro.
- Apoio, decorrente da parceria com a Biovilla, à realização do VIII Curso de Introdução à Permacultura, nos dias 26 e 27 de Outubro e ao Curso de Podas de Árvores Fruteiras, no dia 9 de Novembro, efectuados em Palmela.

Projecto Estufa Urbana – Soluções para uma vida Sustentável na Cidade

Após a realização de reuniões de trabalho para a preparação e calendarização de iniciativas, este projecto que decorre da parceria entre o Tec Labs – Centro de Inovação, no Campus da Faculdade de Ciências de Universidade de Lisboa, que cedeu o espaço da Estufa, a Biovilla e a Quercus, através do Núcleo Regional de Lisboa e Grupo de Educação para a Sustentabilidade que irão dinamizar as actividades. No mês de Novembro marcou o seu arranque:

7 de Novembro – O Núcleo Regional de Lisboa da Quercus e a Biovilla juntaram cerca de uma dezena de voluntários que efectuaram a limpeza da Estufa e respectiva envolvente

11 de Novembro – Foi efectuada a Inauguração do Projecto Estufa Urbana

20 de Novembro – Dia de Mãos na Terra, com apoio de voluntários para a realização de trabalhos práticos de sementeira (bolotas recolhidas no Parque do Calhau, em Monsanto)

25 de Novembro – Dia de Mãos na Terra, com o apoio de voluntários para a manutenção da Estufa.

Iniciativa "Oportunidades para Voluntariado: Queres ser Voluntário?", Universidade Lusófona, 25 de Novembro

O Núcleo Regional de Lisboa, à semelhança do ano anterior, esteve presente nesta iniciativa, através de expositor com informação e materiais de divulgação da Quercus, a qual pretende dar a conhecer as oportunidades que as várias instituições e associações podem apresentar ao nível do voluntariado.

Vanda Marques

Acção de manutenção na Peninha

Vanda Marques

Iniciativa Oportunidades para Voluntariado

NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo de Portalegre da Quercus

Fernando Abegão

Actividade em Marvão

À descoberta da Serra de S. Mamede" – 9 de Novembro de 2013

Os Núcleos Regionais de Castelo Branco e de Portalegre da Quercus organizaram no dia 9 de Novembro, uma saída de campo no Parque Natural da Serra de S. Mamede.
O Parque Natural da Serra de S. Mamede ocupa uma área aproximada de 31 750 ha, distribuídos pelos concelhos de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e Arronches, abrangendo dois tipos de paisagem completamente distintos. A Sul, as típicas planícies alentejanas, e a Norte, uma zona de declives mais acentuados que permitem a proliferação de um diversificado coberto vegetal. Trata-se de um local que, pelas diferentes tipologias do seu clima e geologia, apresenta uma biodiversidade notável que se manifesta sobretudo na sua flora.
Com esta actividade, pretendeu-se tomar contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes no Parque Natural da Serra de S. Mamede, sendo que ao longo da mesma foi possível observar e identificar alguma da sua diversidade florística (carvalhos, castanheiros, sobreiros, azinheiras, etc.) e faunística (grifos, Milhafre-real, gaios, Águia-de-asa-redonda, etc.). Pretendeu-se igualmente descobrir algumas das particularidades geológicas da região e comprovar a tipicidade das suas povoações e respectivas tradições culturais, através da participação na Feira da Castanha e Festa do Castanheiro, na vila de Marvão.
Participaram nesta actividade cerca de 35 pessoas de vários pontos do país, com destaque para um grupo de alunos do Curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural, do Agrupamento de Escolas de Sousel. O início do percurso foi em Castelo de Vide, sendo depois percorridos cerca de 12 Km, até à chegada a Marvão e à Feira da Castanha. Ao longo da actividade foram abordadas várias temáticas relacionadas com a educação ambiental, nomeadamente sobre a conservação dos recursos naturais, a identificação de espécies silvestres e a separação dos resíduos sólidos urbanos.
Fica desde já o convite para comparecerem no próximo ano!

"4º Vogar contra a indiferença"- 19 de Outubro de 2013

Realizou-se no dia 19 de Outubro o "4º Vogar contra a indiferença", iniciativa de sensibilização para a defesa do rio Tejo, e onde se vogou de canoa entre Vila Velha de Ródão e o Arneiro, Nisa.
Esta foi uma iniciativa conjunta de vários movimentos e organizações, todos eles em defesa do rio Tejo, tendo estado presentes o proTEJO – Movimento Pelo Tejo, a ADENEX, os Amigos da Terra, a Associação Sociocultural de Santana (ATAS), a Associação Ambiente nas Zonas Uraníferas (AZU), a CerciZimbra - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Sesimbra, o Movimento Urânio em Nisa Não (MUNN), o Movimento Cívico Ar Puro, a EcoCartaxo, a Quercus e a Rede de Cidadania por Uma Nova Cultura da Água do Tejo/Tajo.
Nesta edição participaram cerca de noventa pessoas vindas de várias localidades de Portugal e de Espanha e mais uma vez foi notória a união que existe entre todas as organizações e participantes na defesa de um património natural e cultural, de grande relevância como é o rio Tejo e as suas povoações.
No final da actividade, que teve cerca de 7 km ao longo do rio Tejo, e acompanhando um tradicional almoço da região, foi lida e aprovada por todos a "Carta contra a indiferença" onde se pode ler:"
(...) A preservação do rio Tejo é um tributo que os cidadãos devem oferecer a este património, sendo urgente assegurar que o caudal do Tejo seja o que era antigamente, acabar com a poluição que mata os peixes e envenena o ambiente e as pessoas, criar canais de passagem para os peixes nas barragens e nos açudes e acabar definitivamente com a pesca ilegal.
Neste futuro não têm lugar nem o Urânio nem o Nuclear, enquanto recursos energéticos insustentáveis do ponto de vista do desenvolvimento ambiental, social e económico, que colocam em risco a segurança dos cidadãos. (...)"

Está já em vista o "5º Vogar contra a indiferença" e contamos com a presença de todos!

Tiago Moura

Vogar

Tiago Moura

Grupo de participantes do Vogar

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo de Aveiro da Quercus

Projecto Cabeço Santo: o ano de 2013, as perspectivas para 2014 e os incêndios da Serra do Caramulo

Convocatória para Associados de Aveiro, Coimbra, Porto e Viseu!
O Projecto Cabeço Santo continuou durante 2013 o seu trabalho, já com 7 anos de existência, de renaturalização de uma área com cerca de 100 hectares na montanha com o mesmo nome do Concelho de Águeda.
Oito anos depois do grande incêndio de 2005, o facto talvez mais marcante de 2013, embora, para o projecto, quase não o tenha chegado a ser, foi o igualmente grande incêndio (ou série de incêndios) que afectou a Serra do Caramulo em finais de Agosto, e que ficou literalmente a centímetros de atingir a área de intervenção do projecto. À semelhança do incêndio de 2005, o de 2013 progrediu muito rapidamente desde as cotas mais elevadas da serra, no Concelho de Tondela, numa noite de intenso vento leste e temperaturas elevadíssimas, tendo chegado ao Cabeço Santo já pela manhã. Mas aí o vento deteve-se, os meios aéreos e terrestres começaram a actuar, e de facto o fogo não chegou a atingir a área de intervenção.
Para trás tinham ficado milhares de hectares de eucaliptal ardido (sobretudo na vertente ocidental da serra), mas também pinhal (sobretudo na vertente oriental), e, nas cotas mais elevadas da serra, áreas de carvalhal e povoamentos mistos, por cujo futuro agora se receia. Felizmente escaparam áreas como a Reserva do Cambarinho, o teixo "da Quercus" junto a Jueus e importantes áreas de carvalhal na zona norte da serra. Mas ainda assim o impacto destes incêndios foi devastador, e receia-se que o pior ainda esteja para vir, com a substituição de diversas formações vegetais ardidas por eucaliptal. Com efeito, nos últimos anos começaram a aparecer eucaliptais nas cotas mais elevadas da serra, onde ainda há poucos anos não se julgaria possível, e agora, com tanta área ardida, poderão espalhar-se como mancha de óleo. O que fará a Administração? Provavelmente o mesmo que tem feito até aqui em todo o lado: lava daí as mãos desculpando-se de que são terrenos privados. Seriam precisos dezenas ou centenas de "projectos cabeço santo" para contrariar tão avassaladora tendência. Em contrapartida o estado "das coisas" não é em geral tão mau (em termos de invasoras e impacto da exploração florestal anterior) como aqui, no "original" projecto Cabeço Santo.

Paulo Domingos

Carvalhal parcialmente queimado na Serra do Caramulo (vertente ocidental)

Mas voltemos a ele: em 2013 cresceu a constatação de que os trabalhos de acompanhamento das áreas alvo de intervenção inicial, entre 2008 e 2010, são essenciais, e de que a participação voluntária não é suficiente para os garantir, não obstante sejam trabalhos relativamente leves (tesourão e pulverizador de mão), embora por vezes em terreno difícil. Esses trabalhos visam sobretudo a eliminação das invasoras que reaparecem, embora, haja que reconhecê-lo, com uma intensidade muito inferior à original. Por isso, a começar ainda em 2013, o projecto contará com uma equipa de dois homens remunerados para, durante algumas semanas, realizar esses trabalhos.
Novas em 2013 foram também as participações (quase) sem custos para o projecto de uma equipa de sapadores da Câmara Municipal de Águeda (6 dias) e da equipa da Associação Florestal do Baixo Vouga (5 dias) ao abrigo do protocolo entre a Quercus e o ICNB. Duas contribuições que pelo menos compensam a diminuição da contribuição financeira da Câmara de Águeda para o projecto, que a "crise" justificou...
Em 2013 fizeram-se importantes trabalhos de recuperação das árvores de ocorrência espontânea, sobretudo na zona ribeirinha: desbastes, desramações, limpezas de silvado. Toda a zona ribeirinha requer trabalhos volumosos de controlo da vegetação espontânea na Primavera/Verão.
Criou-se um viveiro local de carvalhos, que começaram a ser plantados no dia da floresta autóctone de 2013, trabalhos que continuarão no Inverno de 2014.
O apiário, que produz o famoso mel Cabeço Santo, foi mudado para uma nova localização. Tentou-se instalar uma colmeia segundo o método Perone, mas infelizmente falhou. No próximo ano tentar-se-á também instalar uma hTBH (de "horizontal Top Bar Hive"). Tudo com o propósito de obter colónias conduzidas de forma mais saudável e menos perturbadora para as abelhas, objectivos tão importantes num momento em que os preciosos insectos estão no centro das atenções como sinal de que algo vai mal no maneio apícola e, em geral, no que influencia a vida das abelhas. Entretanto, algumas experiências foram feitas com as actuais colmeias lusitanas (como a utilização de quadros sem cera moldada), mas os resultados não foram animadores e a produção de mel diminuiu...

Aprendizagens!
No próximo ano tudo aponta para que a área de intervenção do projecto aumente, com mais 200 a 300 m de extensão de uma margem do ribeiro, este sim um progresso animador!
Entretanto, e já a seguir, realizam-se as jornadas voluntárias de Inverno, o momento para congregar todos os voluntários disponíveis para participar activamente nos trabalhos do projecto. Têm participado voluntários regularmente, desde Coimbra até quase ao Porto, embora, como ficou já patente, sejam sempre insuficientes para as necessidades, e, com alguma pena, se reconheça que ainda não foi possível chegar onde primeiro se esperaria: às comunidades local e vizinhas.
Eis as datas previstas para as jornadas de Inverno: 18 de Janeiro, 8 de Fevereiro e 8 de Março. Serão, como ficou escrito acima, essencialmente dedicadas à plantação de árvores e arbustos.
Informações sempre actualizadas no blogue do projecto: http://ecosanto.wordpress.com

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo da Guarda da Quercus

Quercus representada no Conselho Estratégico da Reserva Natural da Serra da Malcata
O presidente do Núcleo Regional da Guarda efectuou uma candidatura em Agosto de 2013 para representante das ONGA's no Conselho Estratégico da Reserva Natural da Serra da Malcata tendo a mesma sido aceite em Novembro. O Conselho é um órgão do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. junto da área protegida da Reserva Natural da Serra da Malcata com funções de natureza consultiva. Este Conselho tem por objectivos apreciar as propostas de planos e os programas anuais e plurianuais de gestão e investimento com incidência na área protegida; apreciar os relatórios anuais e plurianuais de actividades; apreciar os relatórios científicos e culturais sobre o estado da área protegida; apreciar e dar parecer sobre qualquer assunto com interesse para a área protegida.
No dia 27 de Novembro realizou-se a primeira reunião dos membros deste Conselho no auditório da sede da reserva natural em Penamacor, tendo a mesma sido secretariada por Paula Sarmento, presidente do INCF, antes da eleição do presidente do Conselho. Entre outros assuntos foi abordado o projecto ibérico de reintrodução do Lince ibérico. Segundo informações da própria presidente do ICNF existem actualmente 5 centros de reprodução do lince, dos quais apenas 1 em Portugal (em Silves). Ainda segundo Paula Sarmento para que ocorra a libertação do lince num determinado local é necessário verificarem-se 3 condições: haver número suficiente de presas, verificar-se uma distância a infra-estruturas (nomeadamente estradas e outras vias de comunicação) considerável e sensibilidade por parte da população para a reintrodução (nomeadamente não caçar o lince).

O Núcleo Regional da Guarda informa os seus sócios e voluntários que:
- a sede do Núcleo passará a estar aberta às quarta-feiras das 13H30 às 17H00;
- a partir de 9 de Janeiro, haverá, quinzenalmente, reunião aberta a voluntários a partir das 21H00.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

ESCÓRIAS DA SIDERURGIA EM CAMINHOS DA ARRÁBIDA

Cármen Lima
CIR - Centro de Informação de Resíduos

Rui Monteiro

Aplicação de ASIC

A Serra da Arrábida está a receber, na recuperação dos caminhos e trilhos rurais para prevenção de incêndios, um agregado proveniente do processamento das escórias provenientes da Siderurgia Nacional.
Estas escórias, resultam do processo de produção do aço, e quando processadas, resultam na produção de um agregado, comercialmente denominado por ASIC – Agregado Siderúrgico Inerte para construção. Este processamento é constituído por três fases: escoamento e arrefecimento da escória, separação da componente metálica e ações necessárias à valorização da parte não metálica, como a aplicação em bases e sub-bases.
O ASIC com dimensões entre 0-40mm possui marcação CE, de acordo com Norma EN 13242:2002+A1:2007, pelo que pode ser aplicado enquanto um material para a construção em trabalhos de base e sub bases, para as quais não é classificado como resíduo, conforme definido inclusive por Parecer do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (CCDR – LVT).
No entanto, é comercializado ASIC com outras granulometrias (ASIC médio e grosso) e utilizado em aplicações diversas a nível nacional, algumas para além das quais estão testadas.
A Quercus verificou que o material que tem vindo a ser aplicado a nível nacional possui, na sua composição, uma elevada concentração de componentes ferrosas. Este facto é visível através de teste de magnetismo. Em algumas amostras que recolhemos, em diversas localizações, é visível, inclusive, componentes metálicas, com dimensão considerável, na sua composição.
Surpreendidos com esta verificação, a Quercus expos a situação a algumas entidades, como a Inspeção do Ambiente (IGAMAOT) e o Ministério do Ambiente (MAOTE), alertando para a necessidade de verificar a conformidade do material aplicado com as especificações técnicas do material definido em projeto, com a Declaração de Conformidade do ASIC e com análises à sua composição química e teor de metais pesados (informação que ainda não obtivemos).

A Quercus não tem qualquer problema contra a aplicação e reutilização de materiais reciclados, e em particular contra o ASIC. Aliás, a Quercus esteve na génese da obrigatoriedade de incorporar pelo menos 5% de materiais reciclados em obras públicas, definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2011. No entanto, os materiais têm que ser aplicados para as utilizações para os quais estão testados, em consonância com os requisitos ambientais legais, de modo a minimizar qualquer impacte ambiental associado a utilizações inadequadas do mesmo.
São esses mesmos critérios de aplicação que nos parecem estar a ser aligeirados! Aliás, para utilizar este agregado, proveniente do processamento de resíduos industriais, os requisitos de verificação são inferiores aos critérios aplicados à sua deposição num aterro de resíduos inertes, no qual é aplicado a necessidade de realizar uma análise à sua composição química.

Denúncia: ASIC, concelho do Barreiro
Localização: Praia de Alburrica, Barreiro.

Observações: É possível verificar pelas fotos 1, 2 e 4 o tipo de utilizações dadas ao ASIC, assim como o magnetismo do material na foto 3.

Fotografia 1

Fotografia 2

Fotografia 3

Fotografia 4

AGRO-ECOLOGIA: A RESPOSTA QUE PROCURAMOS?

Alexandra Azevedo
Grupo de Trabalho de Agricultura Sustentável

O principal objectivo da agricultura deveria ser a produção de alimentos saudáveis para todos, mas infelizmente a produção industrializada das últimas décadas apesar do seu aparente sucesso tem defraudado este objectivo.
Apesar de um aumento da produção, simultaneamente o acesso a esses alimentos está condicionado à capacidade de aquisição dos consumidores. Pequenos agricultores e camponeses ficaram sem condições de se manterem no mercado ou mesmo impedidos de produzir e há uma perda de qualidade e de diversidade dos alimentos, devido à contaminação por pesticidas, diminuição do teor em micronutrientes e uso de escassas variedades, ditas melhoradas, simplificação introduzida de modo a maximizar produções, o que contraria a complexidade dos sistemas naturais.
O sector primário, com destaque para a agricultura, sempre foi a base para a subsistência e principal ocupação das populações, até há poucas décadas atrás, mesmo em países agora grandes potências económicas e tecnológicas, como os Estados Unidos da América! Mas uma coisa é certa, nunca iremos comer tecnologia, portanto para agora termos nos países mais industrializados a maioria da população a sobreviver doutros sectores, significa que a produção foi ficando em cada vez menos mãos e à custa também de muitas importações, os países foram especializando-se nalguns poucos cultivos, os quais exportam, importando quase tudo o resto. Ou seja criou-se uma produção de alimentos sem rosto humano ou de rosto "invisível", mecanizada.
Chegados agora a uma situação de crise, em que os novos empregos deixaram de poder suportar toda a mão-de-obra disponível e em que todos se questionam qual a saída para a crise, não será de nos fazer parar e pensar que a resposta estará em valorizar de novo o que sempre nos sustentou durante milénios? Não será agora o momento de reclamar o direito a produzir e deixarmos de alimentar o agro-negócio e poder desmesurado em poucas empresas que controlam a produção, e, consequentemente, os recursos necessários como terra, sementes, água e ainda contaminam com químicos e transgénicos), assim como a distribuição dos alimentos?
Onde está o problema está a solução. Realmente todos nós enquanto cidadãos e consumidores temos um poder imenso quando conscientes desse mesmo poder. E se esperar por regulação equilibrada e que sirva o bem comum é tempo perdido, está nas nossas mãos mudar a realidade, passo a passo, pois o tempo é sempre um grande mestre, produzindo alguns alimentos, preservando variedades tradicionais, partilhando sementes e saberes, comprando em mercados de proximidade, como os mercados da Agrobio, aderindo a iniciativas que procuram aproximar produtores e consumidores, como o PROVE, e se mais comprometidos tornarmo-nos activistas em iniciativas como a Campanha pelas Sementes Livres, a Plataforma Transgénicos Fora e associarmo-nos aumentando o peso político e a representatividade / legitimidade das associações, como a Quercus - ANCN.
Para recuperar a qualidade e a diversidade de alimentos, melhorar o acesso à comida, e mais do que isso para uma sociedade mais humana e verdadeiramente sustentável no seu todo, a agricultura terá de reconquistar o seu lugar cimeiro na ocupação das pessoas, com nova roupagem dados os avanços nos conhecimentos em novas práticas agrícolas mais amigas do ambiente, genericamente conhecida por agro-ecologia.
Nós não somos apenas consumidores passivos, mas co-criadores dos sistemas que nos alimentam e em última análise podemos construir uma sociedade mais humana e solidária. O tipo de alimentos e a forma como foram produzidos dependem da forma como gastamos o nosso dinheiro. Comprar é uma forma de votar em sentido lato. Sempre que preferirmos alimentos produzidos localmente de variedades tradicionais ou em modo de produção biológica e de rosto humano visível, estamos a moldar a paisagem, as práticas agrícolas e a construir uma sociedade humanista.
Anda-se num frenesim obcecado na busca de respostas para a crise que por vezes esquecem-se as perguntas mais óbvias e olhar para as soluções que podem estar mesmo à nossa frente.
Em 2014 celebra-se o Ano Internacional da Agricultura familiar e esperemos que seja bem aproveitado para as necessárias e urgentes reflexões e, sobretudo, acções!

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

PROJETO TOPTEN.PT

Sara Campos
Ecocasa

Quercus disponibiliza aos consumidores informação sobre equipamentos líderes em eficiência energética no mercado

A Quercus, através do Projeto Topten.pt, atualizou recentemente cinco das onze categorias de produtos presentes em www.topten.pt, uma ferramenta que permite aos consumidores estarem a par dos equipamentos com melhor desempenho energético atualmente no mercado. Foram agora atualizadas as categorias relativas aos automóveis, frigoríficos, arcas e congeladores, máquinas de café e impressoras/multifunções. Aproximando-se a época do Natal, em que habitualmente aumenta o consumo deste tipo de produtos, a Quercus aproveitou esta atualização para apelar a uma compra criteriosa, que tenha sempre em consideração os dados de consumo energético do equipamento a adquirir, o qual terá impacto na despesa decorrente da sua utilização.

Automóveis

A categoria dos automóveis conta agora com um total de 70 modelos, distribuídos por 20 marcas (Toyota, Ford, Lexus, Citroen, Volvo, Peugeot, Renault, Skoda, Volkswagen, Honda, Opel, Seat, BMW, Fiat, Mitsubishi, Smart, Chevrolet, Mazda, Mercedes, Nissan), sendo a Toyota e a Ford as que reúnem mais modelos. Com esta atualização, a categoria passou a contar com mais um automóvel elétrico, perfazendo um total de 9 modelos desta natureza.

Categorias de frio

As categorias de frio foram também atualizadas, sendo estes equipamentos particularmente grandes consumidores de energia numa habitação, o que reforça a importância de se optar por modelos de elevada eficiência energética.

No que respeita aos frigoríficos, esta categoria encontra-se dividida em 11 subcategorias, em função da posição do congelador (em cima, em baixo ou de lado), ou ainda de acordo com o tipo de instalação (livre ou de encastre). É ainda feita a distinção entre modelos A+++ e A++, bem como a comparação com os modelos menos eficientes disponíveis no mercado que são, neste caso, os de classe A+. Ao todo, contabilizam-se 73 modelos de frigoríficos, distribuídos por 16 marcas (Liebherr, Bosch, Siemens, Fagor, Smeg, Electrolux, IKEA, Gaggenau, Panasonic, Hotpoint-Ariston, Hoover, Balay, LG, Samsung, AEG e DeDietrich). A Liebherr e a Bosch são as marcas mais representadas. Refira-se ainda que os frigoríficos combinados são a tipologia que mais oferece modelos de classe energética A+++.

Ainda no segmento do frio, as Arcas e Congeladores foi outra categoria atualizada. Os equipamentos encontram-se organizados em 6 subcategorias, dependendo da tipologia (arca ou congelador) e do tipo de instalação do congelador (livre ou de encastre). Também aqui é feita a distinção entre modelos de classe A+++ e A++, comparando-os com os menos eficientes no mercado (de classe A+). A categoria apresenta ao todo 37 modelos, distribuídos por 10 marcas (Liebherr, Tensai, Siemens Miele, Fagor, Smeg, AEG, Gaggenau, Bosch e Balay), sendo a Liebherr e a Tensai são as mais representadas.

Máquinas de café

Assumindo-se como um equipamento cada vez mais comum nas habitações portuguesas, as máquinas de café são a segunda mais recente categoria lançada pelo Topten.pt, tendo também sido novamente atualizada. Encontra-se organizada em duas subcategorias (máquinas automáticas e máquinas de cápsulas), conta com um total de 24 modelos e 5 marcas (Krups, DeLonghi, Philips Saeco, Siemens e Nespresso). A Krups e a DeLonghi são as mais representadas.

Impressoras e multifunções

Por último, a categoria de impressoras e multifunções, que se encontra incorporada no item 'Equipamento de escritório', viu também os seus modelos atualizados, contando com 5 subcategorias para as impressoras e 7 para as multifunções. As duas perfazem um total de 113 modelos, distribuídos por 11 marcas (Canon, Ricoh, Samsung, HP, Brother, Epson, OKI, Lexmark, Olivetti, Develop e Konica Minolta). A Canon, a Ricoh e a Samsung são as mais representadas. No que respeita às multifunções, foram ainda criadas duas novas subcategorias para multifunções laser (quer monocromáticas, quer a cores) com velocidades de impressão entre 41 e 100 ipm (imagens por minuto), pretendendo-se assim alargar o âmbito doméstico dos modelos apresentados até agora também ao sector terciário, nomeadamente escritórios.

Em todas as categorias, são apresentados os critérios de selecção dos modelos, bem como conselhos relacionados com a compra, a instalação, a utilização, a limpeza e a manutenção, de modo a ajudar os consumidores na selecção e utilização de equipamentos mais eficientes nas suas casas.

Selo Topten presente em 42 marcas no mercado

Além da consulta da página www.topten.pt, o consumidor poderá conhecer os modelos mais eficientes no mercado em cada categoria através do Selo Topten, ao qual já aderiram 42 fabricantes, afixando-o voluntaria e gratuitamente nos respetivos equipamentos nas superfícies de venda e ainda nos sites das marcas.

A Quercus criou o Selo Topten de modo a facilitar a identificação diretamente nos pontos de venda dos produtos destacados em Topten.pt como os energeticamente mais eficientes na sua categoria. Por outro lado, esta é também uma forma de incentivo para que os fabricantes apostem de forma contínua na melhoria tecnológica com vista a uma crescente eficiência energética dos seus produtos.

O Topten.pt está inserido no Euro-Topten Max, um projeto europeu financiado pelo Intelligent Energy Europe, que reúne 21 parceiros de 18 países na tentativa de mostrar aos consumidores que estes têm um papel ativo no combate às alterações climáticas, através das escolhas que fazem no seu dia-a-dia em termos de impacto ambiental. Esta pretende ser também uma ferramenta de pressão junto dos fabricantes, para incentivar a uma melhoria contínua dos equipamentos fabricados.

Em Portugal, o projeto é gerido pela Quercus e apoiado pela ADENE – Agência para a Energia, podendo ser consultado em www.topten.pt.

Co-funded by the Intelligent Energy Europe Programme of the European Union

GESTÃO DE RESÍDUOS É A NOVA ÁREA DO PROJETO ECOCASA

Sara Campos
Ecocasa

Eric Ortner

Resíduos

O projeto Ecocasa da Quercus lançou, em finais do ano passado, uma sexta área temática dedicada à gestão sustentável dos resíduos, que se juntou às cinco já existentes (energia, construção sustentável, água, mobilidade e consumo sustentável), alargando assim a intervenção do projeto a uma componente fundamental na sensibilização do cidadão com vista à implementação de hábitos mais sustentáveis de consumo e gestão de recursos no quotidiano.

Com o lançamento desta área, passou a estar disponível em www.ecocasa.pt uma nova seção dedicada à Gestão de Resíduos, na qual é possível consultar informações, conselhos e esclarecimentos relativos às diversas fileiras de resíduos, sobre o correto encaminhamento a dar em cada caso (abrangendo a reciclagem e a compostagem) e quais as entidades competentes. Por outro lado, esta área procura também sensibilizar para a necessidade de reduzir a produção de resíduos, oferecendo conselhos na ótica do consumo racional, adaptado às necessidades, e promovendo também a reutilização de materiais.

De forma a dar consistência ao trabalho de sensibilização e informação que o Projeto EcoCasa tem vindo a desenvolver já há 10 anos, esta nova área permite fundamentar e aprofundar as intervenções junto da sociedade civil – abrangendo o público escolar, empresas e administração pública – de forma mais integrada com as restantes áreas onde já intervém. Por outro lado, esta é também uma oportunidade de concertar futuras parcerias e colaborações com entidades públicas e privadas para atuar no setor, criando sinergias com vista a uma maior sensibilização pública deste tema.

De acordo com dados da Agência Portuguesa do Ambiente, do total de resíduos urbanos produzidos em Portugal continental em 2011, 84,4% corresponde à recolha indiferenciada e 15,6% à recolha seletiva. Apesar do decréscimo na produção nacional de resíduos urbanos nos últimos dois anos, também comprovado pelos dados oficiais e em grande parte consequência da quebra no consumo, é importante manter a aposta na sensibilização dos cidadãos para uma redução, correta gestão e encaminhamento de resíduos, independente da sua situação financeira.

PROJETO MARKET WATCH

Laura Carvalho
Ecocasa

Para promover os produtos verdadeiramente eficientes!

O projeto Market Watch, que a Quercus está a desenvolver desde Abril deste ano, pretende fomentar o envolvimento da sociedade civil nas atividades de vigilância de mercado relacionadas com a rotulagem energética e a conceção ecológica, tendo como objetivo final o aumento da conformidade dos produtos na União Europeia. Dezasseis parceiros de onze países, entre organizações não governamentais, agências de energia e associações de consumidores, estão envolvidos neste projeto, liderado pelo Energy Saving Trust do Reino Unido e financiado pelo IEE (*Intelligent Energy Europe*).

Através da realização de testes em equipamentos usados pelos consumidores no seu dia-a-dia e de inspeções a pontos de venda, o Market Watch vai poder chamar a atenção dos fabricantes e retalhistas que não cumprem os regulamentos da União Europeia e privam os seus clientes das poupanças de energia que julgam estar a obter.

A campanha de avaliação está a ser iniciada e os resultados serão divulgados em breve, quer no *site* Europeu do projeto http://www.market-watch.eu, que reportará todas as atividades realizadas, quer no site Português, a anunciar proximamente.

Paulo Lucas

Captura de trutas no rio Paivô (afluente do rio Paiva)

PROJECTO LIFE ECOTONE: RESULTADOS DOS PRIMEIROS 24 MESES

Paulo Lucas

Dário Cardador

Verificação semanal do estado das placas de retenção dos juvenis de mexilhão no rio Paiva

Dário Cardador

Trabalhos na ribeira do Torgal

Está concluída a primeira fase do projeto Life Ecotone, que se centra em ações de gestão de amiais ripícolas com vista à conservação de invertebrados ameaçados, de que são exemplo as libélulas. Outro objetivo é também melhorar o estado de conservação das populações de mexilhões de água doce em risco de extinção.

Resultados do projecto até Dezembro de 2013:
Foram concluídas as acções preparatórias, nomeadamente a caracterização da vegetação, inventariação da ictiofauna, das populações de odonatos e de náiades;
Foram elaborados os projetos técnicos de intervenção;
Foram efectuadas diversas intervenções de gestão dos bosques de amieiros, bem como de controle de espécies invasoras, totalizando cerca de 16 hectares;
Foi reabilitado o Posto Aquícola de Campelo para permitir reproduzir *Margaritifera margaritifera* e *Unio tumidiformis*, bem como *Squalius torgalensis*
Infestaram-se 125 trutas-de-rio (*Salmo trutta*) com gloquídeos de *Margaritifera margaritifera*;
Após sete meses de infestação capturaram-se 85.242 juvenis de *Margaritifera margaritifera*;
Instalaram-se cerca de 1.000 juvenis de *Margaritifera margaritifera* no rio Paiva, em sistemas de retenção;
Capturaram-se 25.686 juvenis de *Unio tumidiformis*;
Cerca de 12.000 juvenis de *Unio tumidiformis* foram colocados na ribeira do Torgal;
Foi efectuada uma acção de repovoamento com 393 escalos-do-Mira;
Foram capturadas 51 trutas-de-rio no rio Paivô (afluente do rio Paiva) para reprodução no Posto Aquícola de Torno (Amarante), em colaboração com o ICNF;
Foram colocados 5 painéis informativos nas áreas e polos de intervenção;
Foi editado um folheto do projeto e uma brochura;
Foram realizados três intercâmbios com projectos análogos;

Para conhecer melhor este projeto poderá ser consultada a página **www.ecotone.pt**

Está também disponível um vídeo que, sucintamente, mostra o que foi efectuado nos primeiros 24 meses de desenvolvimento deste projecto da Quercus, o qual é co-financiado pelo Programa Life da União Europeia e tem como parceiros a APA – Agencia Portuguesa do Ambiente e o Município de Castro Daire.

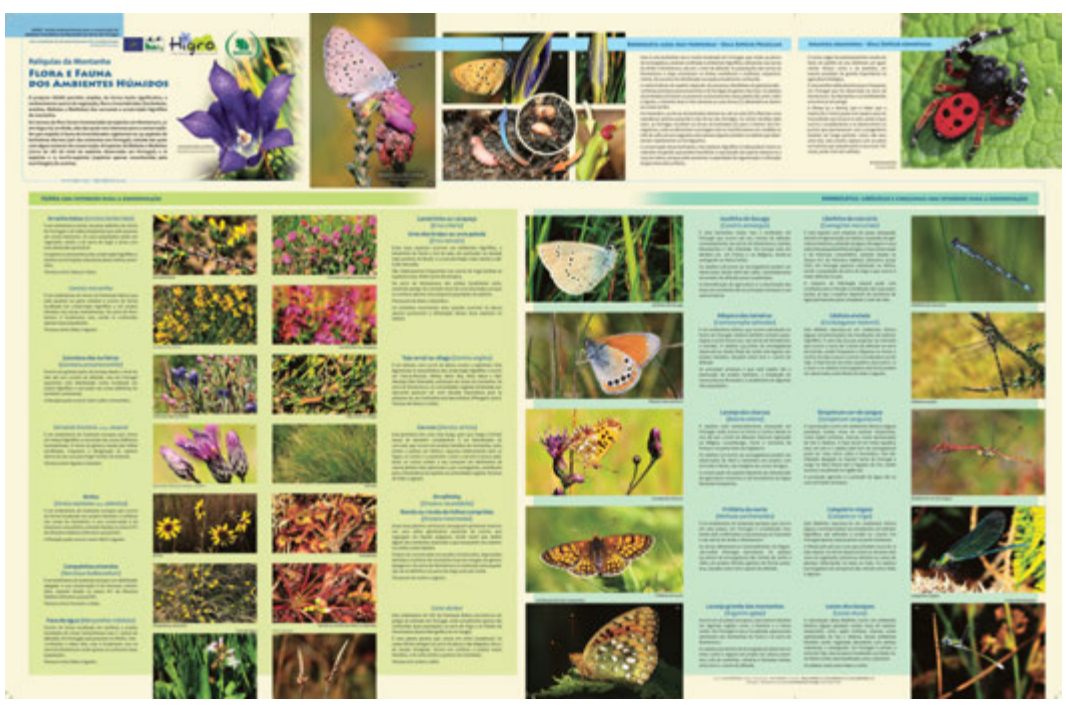
PROJETO HIGRO: AÇÕES DEMONSTRATIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DE *HABITATS* PRIORITÁRIOS DE MONTANHA NO NORTE DE PORTUGAL

LIFE09 NAT/PT/000043)

Paulo Monteiro

Conservação da biodiversidade nas serras de Arga, Alvão e Montemuro
No último trimestre de 2013 intensificaram-se as iniciativas de divulgação do projeto HIGRO, entre as quais se destacam:
- reportagens televisivas nos programas "Biosfera" (RTP2), "Bom Dia Portugal" (RTP1), "Portugal em Direto" (RTP1) e Minuto Verde (RTP1), às quais se pode aceder através da ligação **www.higro.org/tv/**;
- conclusão do documentário do projeto, acessível em **www.higro.org/**;
- publicação de três folhetos com a descrição dos nove percursos interpretativos marcados nas serras de Arga, Alvão e Montemuro;
- publicação do guião de exploração sobre *habitats* prioritários de montanha que serve de apoio à exposição do projeto.
As mencionadas publicações, entre outras, estão disponíveis nas Câmaras Municipais de Viana do Castelo, Caminha, Vila Pouca de Aguiar, Mondim de Basto, Castro Daire e Resende, bem como no sítio do projeto **www.higro.org/publicacoes/**.

Este projeto é co-financiado pelo programa LIFE+ da União Europeia. Para mais informações visite o sítio do projeto em **www.higro.org**


Guião de exploração sobre habitats prioritários de montanha (verso)

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

PROJECTO LIFE+ "HABITATS CONSERVATION"

José Paulo Martins
Fundo de Conservação da Natureza

Nas últimas semanas têm decorrido trabalhos de desmatação mecânica em áreas que tinham ficado por limpar no lado sueste da serra de Aire, na freguesia de Pedrogão.
Os dois rebanhos de caprinos associados ao projeto continuam também a fazer os percursos na área da serra de Aire ajudando no controlo da vegetação espontânea e na reposição dos habitats prioritários, alvo de conservação.
Continuamos a apresentar neste número do jornal Quercus Ambiente mais alguns dos trabalhos vencedores nas diversas categorias a que concorreram as 14 escolas inscritas no programa educativo "Há vida na Serra".

PALAVRA DE MOCHO
Sou de sangue azul – Sua Majestade, o Mocho Real. Herdei dos meus antepassados muitos conhecimentos sobre a serra. Claro, com o avanço das novas tecnologias e com o mochobooK , estou sempre atualizado. Mas olhem que é importante conhecer o nosso passado, as nossas raízes, a nossa História. Sabem, por aqui já passaram romanos, árabes, sem esquecer os monges de Cister, que trouxeram a oliveira e mudaram a paisagem, enriquecendo-a. Às vezes, ao planar, penso nisso, nos vestígios dos antepassados – vistos de cima, os muros feitos de pedra solta que cercam os campos são como uma manta de trapos gigante em tons esverdeados.
Mas tenho um pequeno problema. Aqui, no alto da serra, perto da minha casa, a gralha-de-bico-vermelho faz-se anunciar, quase todos os dias, repetindo sempre a mesma lengalenga:
-Bom dia, Sol! Bom dia, ar puro! Bom dia, árvores e alegres companheiros de canto e do campo! É tão bom ter estas penas negras como a noite e este bico vermelho! Que bom estar aqui, à varanda do meu ninho, nesta falésia que é a minha casa! Ah, a vida é bela! E eu, a gralha-de-bico-vermelho, sou a mais bela... e raríssima!
Um dia, já impaciente com tanta arrogância, decidi batizá-la. Para mim, passou a ser a gralha de "bico empinado". Reconheço a sua beleza, compreendo que a lei a proteja e que os ornitólogos passem dias a fotografá-la! Também admiro os seus voos ondulantes, sempre em bando. Mas ela não é o centro da nossa serra. Somos todos importantes, existimos para mantermos o equilíbrio, cada um no seu habitat, nesta serra tão conhecida pelas suas grutas e algares, rios subterrâneos e pela fauna e flora tão peculiares.
Desculpem, já estou a divagar. O que vos quero contar não é isto! Tenho de ir direto ao assunto. Os morcegos são muito importantes para a conservação dos habitats. Permitem a subsistência de uma fauna específica, fornecendo-lhes o seu alimento, através das fezes, por exemplo. Crustáceos, aracnídeos e vários tipos de vermes sobrevivem graças aos morcegos. A conservação dos abrigos subterrâneos é vital. E que vemos? Construções de infraestruturas para os homens edificarem postes e parques eólicos.
Pensei: «Quem se importa com isso? A minha vizinha gralha de "bico empinado" que anda por aí a voar ao ritmo de gritos que parecem uma banda de Heavy Metal ?»
Concluí que o progresso é importante para o Homem, mas a preservação das espécies também. O Planeta é de TODOS! Por isso decidi convocar uma assembleia e tratar do assunto. Resultou com a situação da gralha-de-bico-vermelho. Graças aos rebanhos de cabras, estamos a conseguir preservar a espécie.
Algumas horas mais tarde, depois do anúncio passar de boca em boca, de bico em bico, de ramo em ramo e de folha em folha, todos responderam à chamada. Expus o problema. Surpreendentemente, foi a minha vizinha gralha de "bico empinado" que começou por falar:
- Caros amigos e amigas, ninguém melhor do que eu compreende a felicidade de sobreviver à ameaça da extinção! Vivemos num local privilegiado, com diferentes habitats e respetivas espécies de animais e plantas. Os humanos que vivem aqui perto também nos vão ajudando. Portanto, temos de pedir ao morcego-hortelão que entre em contacto com o nosso "anjo da guarda", aquele guarda-florestal que consegue ouvir os bichos e as plantas.
Aplaudimos e dividimos tarefas. Mais uma vez, de boca em boca, de bico em bico, de ramo em ramo e de folha em folha a mensagem chegou ao destinatário. O encontro ficou marcado para o dia seguinte, à mesma hora, no coração da serra.
- Compreendo a vossa aflição e orgulho-me da vossa união, – começou por dizer o nosso "anjo da guarda", continuando – já sabem que temos muitos amigos. Irei falar de imediato com o meu chefe. Logo que a QUERCUS souber, vai agir. Já viram que o símbolo do nosso lar é um morcego, não é por acaso!
Dito isto, caminhou a passos largos determinado a resolver o problema.
Vieram técnicos, investigadores, exploradores, engenheiros, biólogos.... Traziam mapas e instrumentos variados. Desapareceram e voltaram a aparecer.
Foi assim durante algum tempo. Já pensávamos que as construções iriam continuar, com o pó e o barulho ensurdecedor daqueles camiões gigantescos... Porém, certo dia, vi a mensagem no mural do mochobook:
Quercus não quer mais parques eólicos nas Serras de Aires e Candeeiros "A intenção foi manifestada pelos ambientalistas no parecer emitido no âmbito da discussão pública da revisão do Plano de Ordenamento do PNSAC que terminou nos últimos d... (ver mais)
Agora estamos mais descansados. A comunidade está envolvida. Todos, juntos, construiremos um mundo melhor! Palavra de mocho!

Agrupamento de Escolas Gil Paes
Maria Beatriz Filipe; Marta Falcão; Madalena Bento; Rita Borga; Ana Santos – turma D, 8.º ano

Paulo Lucas
Pastoreio de caprinos na Serra d'Aire

PROJECTO LIFE+ INOVAÇÃO CONTRA ENVENENAMENTOS!

Educação ambiental através do Teatro e do Movimento em Idanha-a-Nova e Castelo Branco

Está a decorrer um projeto LIFE+, "Ações Inovadoras contra o uso ilegal de venenos em áreas piloto mediterrânicas da EU", que visa avaliar e difundir ações inovadoras contra o uso ilegal de iscos envenenados. Este projeto está a ser implementado em oito áreas piloto em Espanha, Grécia e Portugal, e conta com o apoio da União Europeia, do Município de Idanha-a-Nova, da Junta de Medio Ambiente da Andaluzia e do Governo Grego. No âmbito deste projeto terminaram em dezembro as ações de educação ambiental tendo sido realizadas 82 sessões que envolveram 17 escolas e cerca de 2000 alunos.

Educação ambiental
No âmbito deste projeto a Quercus e a Pé de Pano - Projetos Culturais, realizam um conjunto de atividades de sensibilização ambiental junto das comunidades escolares de Idanha-a-Nova e Castelo Branco sobre a utilização errada de venenos por parte de agricultores, caçadores e pastores, como forma de afastar alguns animais considerados perigosos. Esta é uma prática ilegal que coloca em perigo espécies em risco de extinção, animais domésticos, assim como, a saúde pública. Esta atividade é promovida no âmbito da ação D3 - divulgação de atividades para *stakeholders* e público em geral. Estas ações e outras estão a ser implementadas na zona do Tejo Internacional pela Quercus que trabalha com 30 criadores de gado e 14 zonas de caça na implementação de boas práticas que minimizem e evitem o uso de venenos.

Venenos, não!
A Pé de Pano concebeu, neste âmbito, um conjunto de atividades diferenciadas, tendo em contas as faixas etárias a partir do 1º ciclo, cruzando a educação ambiental, com o Teatro e o Movimento. Foi criado o espetáculo de sombras e objetos *Venenos, não!*, seguido de uma oficina de movimento e expressão dramática exploratória das temáticas mencionadas, destinados a crianças dos 1.º e 2.º ciclos. Para o 3.º ciclo e Ensino Secundário foi realizada uma Oficina / Fórum, que consistiu na exploração das temáticas através do movimento e da expressão dramática. No final, os participantes realizaram um debate defendendo os pontos de vista das várias partes nesta problemática e visitaram a exposição itinerante do projecto patente na escola. Foi também distribuído diverso material de sensibilização a todos os alunos.

Utilização ilegal de iscos envenenados
O uso ilegal de iscos envenenados é a principal causa de morte não natural para várias espécies em perigo de extinção a nível europeu, tais como a Águia-imperial-ibérica, o Abutre-negro, o Quebra-ossos, entre outros, e é uma das causas principais de morte não natural para outras espécies em perigo como o lobo ou o urso. Apesar de ilegal o veneno ainda é utilizado para controlar cães abandonados que atacam os rebanhos ou em zonas de caça para controlar predadores.

Mais informação em:
www.lifeagainstpoison.org/
www.facebook.com/pages/Innovation-Against-Poison/175227379222842?ref=hl

Samuel Infante
Peça de teatro de sombra "Veneno Não" na escola básica da Zebreira em Idanha-a-Nova

Samuel Infante
Exposição itinerante do projecto na escola secundária José Silvestre Ribeiro em Idanha-a-Nova

ACTIVIDADE NA MICRO- RESERVA DA PENINHA/SINTRA

Nesta área da Serra de Sintra onde estamos a fazer a gestão duma micro-reserva biológica rica em endemismos e a proceder à recuperação do bosque autóctone realizou-se mais uma actividade de voluntariado no passado dia 19 de Outubro. Esta actividade contou com a participação de voluntários do Núcleo Regional de Lisboa e da empresa Johnson Controls.
Foram retirados milhares de pequenas acácias resultantes da germinação deste ano, na área em redor da zona vedada bem como no seu interior. Foi efectuada limpeza dos corredores onde temos plantado algumas centenas de carvalhos e alguns sobreiros, e foram colocadas canas de bambu secas, pintadas no topo, para marcação das árvores.

CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DA RIBEIRA DAS CORTES
QUERCUS CONTESTA O PROJETO E ENVIA QUEIXA À UNIÃO EUROPEIA

Carla Graça
Grupo de trabalho da Água

Terminou, no passado dia 15 de novembro, a fase de acompanhamento público do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Barragem da Ribeira das Cortes, empreendimento previsto para o concelho da Covilhã, no interior do Parque Natural da Serra da Estrela e do Sítio de Importância Comunitária "Serra da Estrela" (PTCON0014), tendo o mesmo sido aprovado a 20 de Setembro de 2013 pelo Governo de Portugal, com a emissão da Declaração de Impacte Ambiental Favorável condicionada por parte do Secretário de Estado do Ambiente, Paulo Lemos.

A Quercus, à semelhança do que já declarou no parecer emitido em fase de consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental, em julho de 2013, reitera a sua total oposição à construção do empreendimento, porque é lesiva por demais dos valores legalmente protegidos.

O projeto em causa encontra-se previsto em áreas sensíveis do Sítio de Importância Comunitária "Serra da Estrela" PTCON0014, parte integrante da Rede Natura 2000, cuja designação decorre da Directiva Habitats (Directiva 92/43/CEE), transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 140/1999, de 24 de abril, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro. É ainda de referir a classificação da área a afetar como Parque Natural da Serra da Estrela, como Reserva Bio-genética (Conselho da Europa): Planalto Central da Serra da Estrela, e ainda como Sítio Ramsar «Planalto Superior da Serra da Estrela e troço superior do rio Zêzere».

O processo visando a construção desta barragem é mais um exemplo flagrante de uma Avaliação de Impacte Ambiental que serviu apenas para validar decisões políticas que já foram tomadas previamente, sem terem sido ponderados adequadamente os aspetos positivos e negativos da implantação de determinados projetos, como é exigido pela legislação nacional e comunitária relativas a esta matéria.

Para além disso, deve ser salientado que esta consulta pública decorre num momento em que o financiamento do projeto, através de fundos públicos e, parcialmente de fundos comunitários do Fundo de Coesão, foi já aprovado em 14 de agosto de 2012, muito antes da Avaliação de Impacte Ambiental e da respetiva Declaração de Impacte Ambiental, a qual foi emitida mais de um ano depois, em 20 de setembro de 2013. Estamos, pois, em presença de um mero procedimento formal, de legitimação aos olhos da legislação comunitária, de um projeto que já foi mais do que decidido, arbitrariamente, antes mesmo de os estudos que o poderiam fundamentar terem sido realizados e de os cidadãos terem sido auscultados.

E, com efeito, a justificação da necessidade do projeto apresenta lacunas e falhas muito graves. O modo como foram avaliadas as necessidades futuras de água para o Município é, no mínimo, leviana, estando assente em várias incongruências e análises tendenciosas, que não conseguem fundamentar nem justificar a decisão política tomada.

A decisão foi tomada considerando que o atual sistema de abastecimento de água já serve 98% da população do concelho, mas parte do pressuposto que a população do concelho é de 58 000 habitantes, excluindo a população flutuante e omitindo que o Município da Covilhã tem vindo a perder população desde 1960. Este Município tinha, então, 72 957 habitantes (Censo de 1960) e tem atualmente 51 797 (Censo de 2011), ou seja, verificou-se uma perda de mais de 21 000 habitantes nos últimos 50 anos.

Por outro lado, os cenários de crescimento do consumo estão ancorados num suposto e incerto acréscimo de novas empresas na região, o que não serve para contrariar o facto de que existiu uma efetiva diminuição em 2011 e 2012, na ordem dos 17%.

Para além disso, e de acordo com os dados da própria empresa municipal (ICOVI), a evolução dos consumos de água na Covilhã tem sido sistematicamente decrescente, ano após ano. Passou de 2,57 hm^3 no ano de 2007 para 2,30 hm^3 em 2011. Mais, em 1990 o consumo per capita na Covilhã era de 146 l/hab/dia, um valor que em 2011 passou para apenas 122 l/hab/dia. Ora, o Relatório do EIA apresenta valores de capitação claramente inflacionados, variando entre os 130 l/hab/dia para aglomerados rurais e os 170 l/hab/dia para aglomerados urbanos, valores por demais exagerados face aos últimos estudos de evolução demográfica.

Acresce ainda que não se prevêem aumentos nas captações nos próximos 30 anos, conforme o próprio Relatório do EIA, pelo que a justificação da necessidade de construção desta barragem fica ainda mais fragilizada. Soma-se também o facto de o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água definir como meta a atingir em 2020, no âmbito de sistemas urbanos, de perdas máximas de 20%, algo que se perspetiva não ser cumprido no Município da Covilhã, que apresenta atualmente perdas de 38%, com a previsão para 2040 na ordem dos 25%.

A Quercus repudia totalmente a decisão política de se avançar com a construção de uma barragem sem que haja qualquer necessidade para tal, colocando em causa a integridade, os valores naturais e o estatuto de classificação da área afetada, considerando que é mais um exemplo de ausência de estratégia nacional de utilização dos recursos públicos e da recorrente falta de transparência na prestação de contas dos decisores políticos perante os cidadãos.

Por todos estes motivos, a Quercus enviou uma queixa à Comissão Europeia, apresentando os vários argumentos que demonstram que esta barragem não é necessária, e apelando a que a Comissão Europeia investigue a forma como a decisão foi tomada e suspenda a atribuição de fundos comunitários para a realização da mesma, até à conclusão do processo de averiguação relativo ao projeto em causa.

RELATÓRIO DA AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE
ÁREAS COSTEIRAS EUROPEIAS ESTÃO EM RISCO E PORTUGAL ESTÁ MUITO VULNERÁVEL

Carla Graça
Grupo de trabalho da Água

Novas barragens agravam a situação

De acordo com o relatório da Agência Europeia de Ambiente, conhecido recentemente, as áreas costeiras europeias, onde se concentram as áreas mais decisivas para o desempenho da economia europeia, encontram-se em mau estado de conservação ambiental, pelo que este é um relatório que deve ter a maior atenção dos nossos decisores políticos.

A Agência Europeia do Ambiente publicou, no passado dia 28 de Novembro, o relatório denominado "Balancing the future of Europe's coasts", com o qual faz uma análise ao estado actual das regiões costeiras, avalia as políticas utilizadas na sua gestão e propõe uma nova abordagem europeia para a melhoria desta.

O relatório refere que a economia europeia está fortemente dependente das áreas costeiras, constatando-se que 40% da população europeia vive numa faixa litoral de 50 quilómetros, 40% do produto interno bruto é gerado nestas regiões e 75% do volume do comércio exterior da União Europeia é feito por via marítima. Contudo, esta realidade tem um enorme custo ambiental, devido à pressão sobre as áreas marinhas e costeiras, exercida por atividades económicas tais como o transporte de mercadorias, a extração de recursos minerais, as energias renováveis (nomeadamente as infraestruturas de aproveitamento hidráulico) e a pesca.

Esta pressão tem resultado na perda de habitats, no aumento da poluição e no acelerar da erosão costeira. Dos estudos realizados sobre áreas costeiras, o estado de conservação de espécies e habitats costeiros é, em geral, considerado mau ou desconhecido (cerca de 73%), e somente em 13% das avaliações sobre espécies costeiras feitas no âmbito da Directiva-Habitats é apontado como favorável.

Com as alterações climáticas, as expectáveis elevações do nível médio do mar constituem riscos naturais para a faixa costeira que, no caso de Portugal, são muito preocupantes, segundo as projecções para o ano de 2100. Entre outras contam-se:

1) Um aumento significativo da erosão costeira, recuo da linha de costa e a destruição de bens materiais a ela inerentes;
2) Inundações mais frequentes e mais catastróficas de zonas ribeirinhas;
3) O aumento dos riscos de intrusão salina e consequente salinização de aquíferos e sua inutilização para consumo humano e agrícola;
4) Ampliação do assoreamento nas zonas estuarinas e lagunares, com uma redução significativa dos materiais exportados para a costa, com redução do trânsito sedimentar costeiro em alguns troços;
5) O acentuar da regressão de áreas de sapal, precisamente as zonas de interface onde a produtividade biológica é maior e que são fundamentais para a reprodução de inúmeras espécies piscícolas de interesse comercial.

Após o fracasso na implementação da Gestão Integrada da Zona Costeira, apresentada em 2002, a Comissão Europeia pretende integrar de forma coerente várias políticas da UE (tais como a Directiva-Habitats, a Directiva Quadro da Água, a Directiva Quadro para a Estratégia Marinha, entre outras), providenciando orientações para uma melhor gestão das reivindicações dos sectores económicos e para a gestão dos recursos em áreas costeiras e marinhas.

Perante este cenário, a Quercus aconselha os nossos decisores políticos, em particular os ligados aos sectores do Ambiente, do Ordenamento do Território, da Economia e do Mar, a fazerem uma cuidada leitura deste relatório e a empenharem-se em fazer sair do papel as diferentes estratégias aprovadas para o Litoral, para a mitigação e adaptação às Alterações Climáticas e para o Mar. A Quercus aconselha também um cuidado redobrado na utilização dos fundos públicos, para não se desperdiçarem os poucos recursos disponíveis em iniciativas de eficácia duvidosa, e para não caírem na tentação de permitir que as zonas costeiras ainda protegidas sejam destruídas por agentes económicos sem responsabilidade ambiental.

A título de exemplo, refere-se a construção de quatro barragens no rio Tâmega. É conhecido o efeito da construção de barragens na erosão costeira e no desaparecimento dos areais das praias, pelo que seria desejável, para minimizar estes impactos, que o governo suspendesse a construção destas barragens, uma vez que as obras ainda não começaram.

Loja Quercus

Consuma de forma mais responsável, equilibrada e sustentável!

NOVO CALENDÁRIO QUERCUS JÁ DISPONÍVEL POR 1 €!

Pode adquiri-lo em e-loja.quercus.pt.

ECOTOPIA

LIVROS

Revista Crítica de Ciências Sociais (2013)
Crise ecológica e novos desafios para a democracia.

O nº 100 da Revista Crítica de Ciências Sociais é dedicado a questões ecológicas que inquietam a sociedade um pouco por todo o mundo.
No artigo coletivo (que conta com a colaboração de Susana Fonseca, antiga presidente da Quercus) «Ambiente, paisagem, património e economia: Os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal» analisa-se o caso da polémica instalação do parque eólico junto à aldeia histórica de Sortelha.
A maioria dos artigos versa sobre casos no Brasil. Sobre o tema da energia podemos ler o artigo «Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia "limpa" no Brasil».
Temos o artigo «Reexistências na luta pelo lugar: Uma análise da hidroelétrica Candonga na Zona da Mata Mineira», onde é analisada a construção de uma barragem privada para produção de energia elétrica para indústrias privadas de mineração e tratamento de minerais e que obrigou ao desalojamento de centenas de pessoas e a destruição do seu modo de vida ligado ao rio.
Ainda sobre o Brasil a revista traz o artigo «O discurso político da agroecologia no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): o caso do assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará». Aí é estudada a tentativa de mudança do produtivismo agrícola da chamada «revolução verde», ligada à produção intensiva, com utilização de sementes transgénicas e produtos agroquímicos, para uma agricultura ecológica.
Uma luta com sucesso dos ecologistas italianos é descrita no artigo «Perícia e transformação dos conflitos ambientais nas grandes obras. O caso da nova linha ferroviária Turim-Lyon». A alfabetização técnica das populações locais por um movimento pode ser fonte inspiradora para outras situações.
O artigo «Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: Las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el Siglo XXI» aborda a história de Porto Rico, país sob domínio dos Estados Unidos e analisa os movimentos socioambientais porto-riquenhos.
Os problemas da Rio+20, o falhanço da Cimeira de Copenhaga (COP 15) e dos mercados do carvão são enquadrados no artigo «A crise de legitimidade da governança climática global. Combinação de uma perspetiva marxista e polanyiana».
O artigo «A importância do Espaço Doméstico Exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique» analisa o modo como nos bairros do Dondo o ambiente urbano apropria o ambiente natural e de como a sociedade constrói o seu habitat e satisfaz as suas necessidades de forma duradoura e equilibrada.
«Gardens in the Dunes: Indigenismo, natureza e poder em perspetiva ecocrítica» examina o romance de Leslie Marmon Silko a partir do quadro teórico da ecocrítica, uma corrente crítica literária que procura modelos de pensamento e de prática que acentuem as relações entre o homem e a natureza. Destaca-se a cosmovisão ameríndia, baseada na coabitação ambientalmente justa e num equilíbrio distributivo entre grupos sociais e étnicos e entre regiões.
Esta revista contribui para uma análise crítica da crise ecológica global e suas possíveis soluções. **José Janela**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
258 pág. **PVP: €10**
Disponível gratuitamente on-line em:
http://rccs.revues.org/5192

" As plantas e a saúde, guia prático de remédios caseiros"

Livro de bolso de 144 páginas com algumas em branco para anotações.
Alguns conselhos úteis e fáceis para tratar dores de dentes, hemorragias, hemorroidas, nevralgias, náuseas, indigestões, aftas, dores de garganta, constipações, alergias, sinusite, enxaquecas, etc.
Existem muitos sintomas que podem ser aliviados e até mesmo curados de forma muito simples, através da utilização de plantas que crescem à nossa volta, nos bosques vizinhos ou que podemos cultivar nos nossos quintais, hortas, canteiros ou varandas.
Fernanda Botelho nasceu em Agosto de 1959 em Tojeira/Sintra. Aos 17 anos viaja para Londres, estuda pedagogia Montessori, antroposofia, fotografia e plantas medicinais.
Trabalha num jardim-de-infância e numa ervanária. Desde 1997 que é membro da Herb Society UK. Viaja pela América do Sul, Caraíbas, Indonésia, Índia e Grécia com projectos ligados à educação e às plantas. Aos 35 anos regressa a Portugal onde estuda literatura infantil com António Torrado e Margarida Fonseca Santos, tira o curso de guia de Jardim Botânico, trabalha com várias associações culturais e ambientais, com câmaras e escolas. Colabora no projecto Eco-escolas orientando ateliês sobre plantas aromáticas e medicinais. Escreve sobre este tema em revistas e sites. Em 2010 publicou uma agenda de plantas medicinais e em 2011 outra sobre árvores e arbustos. Publicou também "as plantas e a saúde" guia básico de primeiros socorros. No seu jardim partilha os dias com muitas plantas medicinais espontâneas e cultivadas, um enorme sabugueiro, uma velha figueira, muitos pássaros e alguns gatos.... **Fernanda Botelho**

LINKS

Horta Biológica
Em harmonia com a natureza

Encontre informação e inspiração sobre algumas práticas que contribuem para um modo de vida mais sustentáveis num espaço com informações sobre Permacultura e Agricultura Biológica em **www.hortabiologica.com**

RETRATO

Verónica Paiva
Bióloga do Centro de Educação Ambiental "Quinta da Escola"

Verónica Paiva

Instalações da Quinta da Escola

O Centro de Educação Ambiental "Quinta da Escola", aberto ao público desde 2009, é um espaço com cerca de 2ha, existente na freguesia de Alvados (Porto de Mós), em Pleno Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
Pertencente à Cooperativa de Ensino da Penha de França (Coopescola), com sede em Lisboa, este espaço nasceu do sonho de dois professores que ao se depararem com o local o imaginaram a funcionar como Centro de Educação Ambiental e Campo de Férias. Carla Magalhães, professora de Ciências Físico-Químicas e Vítor Carreira, professor de Educação Física, rapidamente conseguiram convencer os restantes colegas responsáveis pela Coopescola e o espaço começou a ganhar vida em 2008. Passado um ano abriu as portas ao público e recebe atualmente cerca de 8 mil visitantes por ano, de várias faixas etárias e zonas do país.

O principal objetivo do projeto é levar a Escola para a Natureza, promovendo atividades de Consciencialização da Responsabilidade Ecológica junto das comunidades escolares, dando a oportunidade de um convívio íntimo com a natureza, através de programas desenvolvidos para o estudo da problemática do Desenvolvimento Sustentável.

A Quinta contém para o efeito um Centro de Interpretação Ambiental, uma horta biológica, um charco, uma sala de convívio e de atividades e um conjunto de infraestruturas para a realização de atividades lúdicas e desportivas, tais como slide, parede de escalada, percurso de arborismo, pistas de minigolfe e um campo de jogos. O Projeto "Escolas na Natureza" é exemplo disso, tendo sido celebrado um memorando de entendimento com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e com o reconhecimento do Ministério da Educação. Este programa proporciona aos alunos dos diversos níveis de ensino aprendizagens fora do contexto de sala de aula e no âmbito do currículo nacional na área das ciências.
O Centro de Educação Ambiental dispõe também de atividades de divulgação e identificação cultural da região (artes e ofícios), passeios de burro, percursos interpretativos, atividades lúdicas como minigolfe e jogos tradicionais e de aventura como escalada, slide, arborismo, tiro com arco, entre outras.
As infraestruturas de apoio são diversas, possuindo capacidade de alojamento em camaratas para 70 pessoas e alojamento em turismo rural, serviço de bar e cafetaria e de restauração, este último por marcação.

Durante a interrupção escolar são realizadas Colónias de Férias temáticas que promovem o desenvolvimento das crianças e jovens, num espaço que lhes proporciona a realização de novas aprendizagens, beneficiando também da componente lúdica.
Além de atividades para os mais novos, a Quinta da Escola desenvolve várias iniciativas ao longo do ano, tais como workshops e formações de vários temas, comemorações de dias temáticos, encontros de empresas e instituições, festas de aniversário e outros programas de convívio em grupo ou familiar.
A Quinta promove também anualmente deste 2012, o Festival Terras d'Aire e Candeeiros. Trata-se de um evento de carácter cultural, organizado pela Quinta da Escola com o apoio de várias entidades da região, que tem como objetivo promover e divulgar o que de melhor existe nas Serras d'Aire e Candeeiros. A terceira edição já está a ser pensada e terá lugar no mês de outubro de 2014.

Verónica Paiva

Passeios pedestres

Verónica Paiva

Passeios de burro

Contactos:
Centro de Educação Ambiental "Quinta da Escola"
Estrada das Grutas, Covão do Poço, 2480-064 Alvados
www.quintadaescola.com
geral@quintadaescola.com
Tm: 911905859

PARTICIPAR

Agricultura Biológica
"curso"
22 Fevereiro
12 Abril
22 Março
24 Maio
14 Junho
5 Julho
14 30h às 17h 30
Quinta Pedagógica de Real, Braga
> Sócios: 54€
> Não Sócios: 67€
> Mínimo de inscrições
11 Formandos
> Inscrições: www.braga.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Arboricultura e Poda de Árvores Ornamentais
"curso"
1, 8 e 15 Fevereiro
10h às 13h
14h às 17h
Confraria do Bom Jesus do Monte, Braga
> Sócios:60€
> Não Sócios: 74€
> Mínimo de inscrições
10 Formandos
> Inscrições: www.braga.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

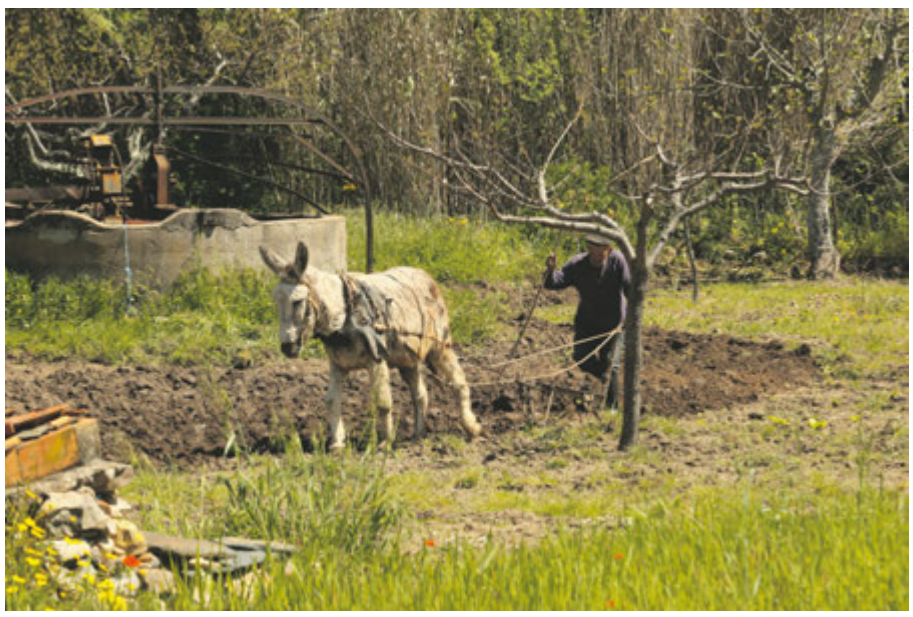
Compostagem e Fertilidade do Solo
"tertúlia"
10 Janeiro
21h 30
café "A Brasileira", Braga
> Orador
Miguel Brito
> Entrada Livre
> Inscrições: www.braga.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Pequenas Hortas Familiares
"tertúlia"
14 Fevereiro
21h 30
café "A Brasileira", Braga
> Orador
Domingos Almeida
> Entrada Livre
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Hortas Sociais
"tertúlia"
14 Março
21h 30
café "A Brasileira", Braga
> Oradora
Isabel Mourão
> Entrada Livre
> Inscrições: www.braga.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

ZOOM

AGRICULTURA FAMILIAR, OU NÃO?


Dário Cardador

Parcerias

João Branco

Groselheira

João Branco

Outras parcerias

João Branco

Meninas

João Branco

Quem canta aqui sou eu

João Branco

Vinha

João Branco

Maronesas

Cláudia Silva texto **Tânia Martinho** ilustração

CONTO DA NATUREZA

BICHOS AGRICULTORES

O senhor e a senhora Oliveira são um casal que vive numa pequena quinta numa aldeia bem portuguesa. Nessa aldeia vivem outras famílias e casais, quase todos mais velhos, que tal como os Oliveira também se dedicam à agricultura mas os Oliveira são um casal diferente. Muitos olham-nos de lado com desconfiança. Os Oliveira fazem agricultura biológica, não usam químicos e têm muito respeito pela natureza. Muitos dos agricultores desta aldeia têm problemas com raposas, genetas, fuinhas, doninhas, cobras ou até aves de rapina. A população persegue estes animais que por vezes lhes caçam as galinhas ou causam estragos nas hortas, mas os Oliveiras chamam-lhes "bichos agricultores" e não os veem como ameaças mas sim como ajudantes na agricultura.
Foi na quinta dos Oliveira que o ouriço-cacheiro Jeremias e a toupeira Genoveva encontraram a sua casa. O ouriço Jeremias é um bicho pachorrento, vive na sua toca o dia todo e só costuma sair à noite quando tudo está mais tranquilo. Graças ao seu faro apuradíssimo não tem dificuldade em encontrar comida no escuro. Já a toupeira Genoveva, é muito espevitada, não pára sossegada muito tempo, anda sempre a escavar túneis à procura de minhocas e insetos que tanto gosta de comer. É por aqui, debaixo de solo, que muitas vezes Jeremias e Genoveva se encontram para trocar dois dedos de conversa.
"Bom dia Jeremias! Já regressaste do teu passeio noturno?" pergunta Genoveva.
"Sim, cheguei ainda agora."
"E que tal a colheita desta noite?" Pergunta enquanto aponta o seu nariz em direção à dispensa de Jeremias.
"Hoje não correu nada mal. Como choveu, há muitas lesmas e caracóis por aí. Além disso há muitas maçãs caídas no chão. Deu para fazer um belo banquete!" Diz consolado.
"Hum... nada mal. Também não me posso queixar, tenho encontrado ralos e roscas com fartura no couval e no batatal. Também tenho roído um ou outro nabo que me aparecem pelo caminho."
"Bem, o senhor Oliveira é que não deve ficar muito contente com isso." Afirma Jeremias.
"Ele não se importa, ficam lá muitos nabos para ele. E ele sabe bem que lhe estou a salvar as batatas e as couves. Se não fosse eu a comer os ralos e as roscas, eram eles a comer as couves e as batatas. E acredita que não deixavam nada!" Diz Genoveva desculpando-se.
"Tens sorte porque é o senhor Oliveira, se fosse o vizinho, o senhor Casimiro, já tinhas levado uma sacholada. Ele não perdoa!" Diz Jeremias.
"Bem sei, já lá andei em tempos à procura de insetos mas curiosamente não havia insetos em lado nenhum. No entanto encontrei um enorme nabal com os maiores nabos que alguma vez tinha visto, todos muito redondinhos e bonitos, mas quando os provei não sabiam a nada. Achei estranho e provei-os quase todos, mas nenhum tinha grande sabor. Por azar, o senhor Casimiro andava a sachar a terra ao lado e apercebeu-se que eu andava lá. Não hesitou e veio logo na minha direção com a sachola na mão e começou a cavar a terra a ver se me encontrava. Escapei com muita sorte! Desde então nunca mais lá voltei." Conta Genoveva suspirando de alívio.
"Imagino o grande susto que deves ter apanhado!" Exclama Jeremias
"E para nada, aqueles nabos não prestavam para nada!"
"Sabes porquê?" pergunta Jeremias.
"Não, tu sabes?"
"Sei, o senhor Casimiro põe químicos no nabal, chamam-lhes fertilizantes, que fazem os legumes crescer mais e mais depressa. Só que crescem tão depressa que não chegam a ganhar sabor." Explica Jeremias.
"Ahhh... Isso explica tudo."
"Quase tudo. Sabes porque é que também não encontraste por lá insetos?" Pergunta com curiosidade.
"Não me digas que também é por causa desses químicos!"
"Destes não, mas de outros do género. Além dos fertilizantes o senhor Casimiro também usa inseticidas que matam os insetos que atacam as plantas." Explica Jeremias.
"Não me digas!" Diz Genoveva espantada.
"É por isso que ele tem sempre tantos legumes e tão grandes, mas também tem muito trabalho. Anda sempre a comprar e a pôr esses químicos."
"Ainda bem que o senhor Oliveira não se lembrou de tal coisa!" Exclama Genovena. "Senão não tínhamos o que comer."
"O senhor Oliveira tem muita coisa para comer não só para nós mas para ele também. Os legumes e a fruta não são tão bonitos mas são muito mais saborosos e parece que são mais saudáveis." Afirma Jeremias.
"Acredito que sim."
"Dizem por aí que foram os químicos que levaram a mulher do senhor Casimiro. Ele também anda sempre doente."
"E afinal tanto trabalho e tanto sacrifício para quê? Afinal é só para ele..."
"Ele vende para os grandes supermercados." Explica Jeremias.
"Espero que o dinheiro chegue para lhe pagar os medicamentos e tratamentos..."
"O que nos vale é a nossa horta, bem a horta do senhor Oliveira." Corrige Jeremias.
"É verdade, e olha, por falar nisso já estou a ficar com fome! Vou ver se encontro por aí algumas minhocas."
"Enquanto fazes isso vais arejando a terra com as tuas escavações e também estás a ajudar o senhor Oliveira que assim já não tem tanto trabalho a lavrar."
"Tens razão, nunca tinha pensado nisso Jeremias!" Diz Genoveva admirada. "Ele até me devia agradecer."
"E agradece, à sua maneira. Deixando-te viver aqui e depenicar os nabos dele de vez em quando." Os dois riem-se. "Vai lá à tua vida Genoveva que eu estou exausto e tenho que ir dormir."
"Então até logo Jeremias, descansa bem!"
"Até logo Genoveva. Bom almoço."
Genoveva e Jeremias continuarão a viver e a conviver com os Oliveira enquanto a horta floresce e dá alimento a todos. Os Oliveira continuarão saudáveis, com uma vida tranquila e sem preocupações contando sempre com estes e todos os ajudandes que deixam viver na sua horta.

Uma horta familiar,
Tem bichos a ajudar.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA/OCEANOS

DR 213 SÉRIE I de 2013-11-04
Portaria n.º 327/2013 - MAOTE
Aprova a delimitação do perímetro de proteção de uma captação de água subterrânea do polo de captação de Casal do Ribeiro, localizada no concelho de Ourém
DR 215 SÉRIE I de 2013-11-06
Portaria n.º 328/2013 - MAOTE
Primeira alteração à Portaria n.º 209/2012, de 9 de julho, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas nos concelhos de Nisa, Gavião, Marvão, Portalegre, Avis, Ponte de Sor e Chamusca
DR 232 SÉRIE I de 2013-11-29
Portaria n.º 348/2013 - MAOTE
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Ourém
DR 241 SÉRIE I de 2013-12-12
Portaria n.º 358/2013 - MAOTE
Primeira alteração à Portaria n.º 208/2012, de 6 de julho que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações das águas subterrâneas localizadas no concelho de Cascais
DR 245 SÉRIE I de 2013-12-18
Portaria n.º 361/2013 - MAOTE
Aprova a delimitação do perímetro de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Carregal do Sal
DR 246 SÉRIE I de 2013-12-19
Portaria n.º 362/2013 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea de Fonterma e de Pereira, no concelho de Montemor-o-Velho

AGRICULTURA/CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

DR 216 SÉRIE I de 2013-11-07
Declaração de Retificação n.º 49/2013 – PCM - SG
Retifica a Portaria n.º 306/2013, de 18 de outubro, do Ministério da Agricultura e do Mar, que aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca de Pescada Branca do Sul e do Lagostim, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 202, de 18 de outubro de 2013
DR 217 SÉRIE I, 2º SUPLEMENTO de 2013-11-08
Decreto-Lei n.º 156-A/2013 - MAOTE
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que procedeu à transposição da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats), transpondo a Diretiva n.º 2013/17/UE, do Conselho, de 13 de Maio
DR 223 SÉRIE I de 2013-11-18
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 28/2013/A – RAA - AL
Recomenda ao Governo Regional que desenvolva os estudos técnicos necessários com vista à criação de um sistema de proteção e incentivo à reutilização produtiva das zonas de currais de vinha nos Açores, bem como reforce os apoios à criação de atividades turísticas relacionadas com a produção de vinho e com a paisagem da vinha
DR 232 SÉRIE I de 2013-11-29
Portaria n.º 349/2013 - MAM
Altera o Regulamento da Pesca por Arte de Arrasto, aprovado pela Portaria n.º 1102-E/2000, de 22 de Novembro
DR 238 SÉRIE I de 2013-12-09
Portaria n.º 354/2013 - MAM
Estabelece o âmbito da intervenção do Ministério da Agricultura e do Mar e dos seus serviços e organismos em matéria de formação profissional nas áreas da agricultura, das florestas, do agroalimentar e do desenvolvimento rural, bem como o respetivo modelo de regulação, de certificação, de supervisão e de acompanhamento

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

DR 207 SÉRIE I de 2013-10-25
Resolução da Assembleia da República n.º 144/2013 - AR
Recomenda ao Governo que, em articulação com a academia, promova um estudo que aborde as vantagens e desvantagens da fragmentação hidráulica em Portugal, e que promova estrita regulamentação de avaliação e salvaguarda dos respetivos impactos ambientais e sobre as populações
DR 209 SÉRIE I, 2º SUPLEMENTO de 2013-10-29
Declaração de Retificação n.º 45-A/2013 – PCM - SG
Retifica o Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição), publicado no Diário da República n.º 167, 1.ª Série, de 30 de agosto de 2013
DR 216 SÉRIE I de 2013-11-07
Resolução da Assembleia da República n.º 146/2013 - AR
Recomenda ao Governo que proceda às obras de remodelação e eletrificação da Linha do Algarve
DR 232 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2013-11-29
Portaria n.º 349-A/2013 - MAOTE
Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)
Portaria n.º 349-B/2013 - MAOTE
Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
DR 233 SÉRIE I, 2º SUPLEMENTO de 2013-12-02
Portaria n.º 349-D/2013 – MAOTE, MSESS
Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes
DR 235 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2013-12-04
Portaria n.º 353-A/2013 – MAOTE e MSESS
Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação
DR 243 SÉRIE I de 2013-12-16
Decreto-Lei n.º 165/2013 - MAOTE
Transpõe a Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procede à reestruturação e redenominação da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., procedendo à segunda alteração aos estatutos desta entidade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 208 SÉRIE I de 2013-10-28
Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2013 - PCM
Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, que altera o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, adequando a possibilidade de realização de algumas utilizações do plano de água da albufeira de Monte Fidalgo
Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2013 - PCM
Aprova a suspensão parcial do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines e estabelece medidas preventivas para as áreas de proteção costeira adjacentes aos empreendimentos turísticos no concelho de Grândola
Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2013 - PCM
Prorroga o prazo de vigência da suspensão parcial dos Planos Diretores Municipais de Gouveia e Seia, bem como o prazo de vigência das respetivas medidas preventivas, estabelecidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2011, de 17 de Agosto
DR 211 SÉRIE I, 2º SUPLEMENTO de 2013-10-31
Decreto-Lei n.º 151-B/2013 - MAMAOT
Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente
DR 229 SÉRIE I de 2013-11-26
Lei n.º 79/2013 - AR
Quarta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal
DR 233 SÉRIE I, 2º SUPLEMENTO de 2013-12-02
Portaria n.º 349-C/2013 - MAOTE
Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização
DR 240 SÉRIE I de 2013-12-11
Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2013 - PCM
Delega, com a faculdade de subdelegação no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, a competência para a prática de todos os atos necessários à execução dos contratos celebrados ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2009, de 22 de setembro, para a aquisição de serviços de execução do cadastro predial, no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral

RESÍDUOS

DR 207 SÉRIE I de 2013-10-25
Resolução da Assembleia da República n.º 145/2013 - AR
Recomenda ao Governo a adoção de medidas de natureza regulatória, na gestão dos resíduos perigosos em Portugal, com vista a uma maior eficiência neste sector
DR 214 SÉRIE I de 2013-11-05
Decreto-Lei n.º 156/2013 - MEC
Estabelece o quadro legal e regulador para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos e transpõe a Diretiva n.º 2011/70/EURATOM, do Conselho, de 19 de julho de 2011, que estabelece um quadro comunitário para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

DR 214 SÉRIE I de 2013-11-05
Decreto-Lei n.º 155/2013 - ME
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de abril, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2013/21/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013, no que respeita à adaptação da Diretiva n.º 1999/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas

OUTROS

DR 214 SÉRIE I de 2013-11-05
Decreto-Lei n.º 154/2013 - ME
Institui o sistema de acompanhamento de projetos de investimento, e procede à criação do Conselho Interministerial para o Investimento e da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

LEGENDA

AR – Assembleia da República
MAM – Ministério da Agricultura e do Mar
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
MDN – Ministério da Defesa Nacional
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MF – Ministério das Finanças
MFE – Ministério das Finanças e da Economia
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS – Ministério da Saúde
MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PCM – SG - Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria Geral
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
RAM - PG - Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

PROPOSTAS DIDÁTICAS

Alexandra Azevedo

ECO-RECEITA

BISCOITOS DE BOLOTA

Alexandra Azevedo

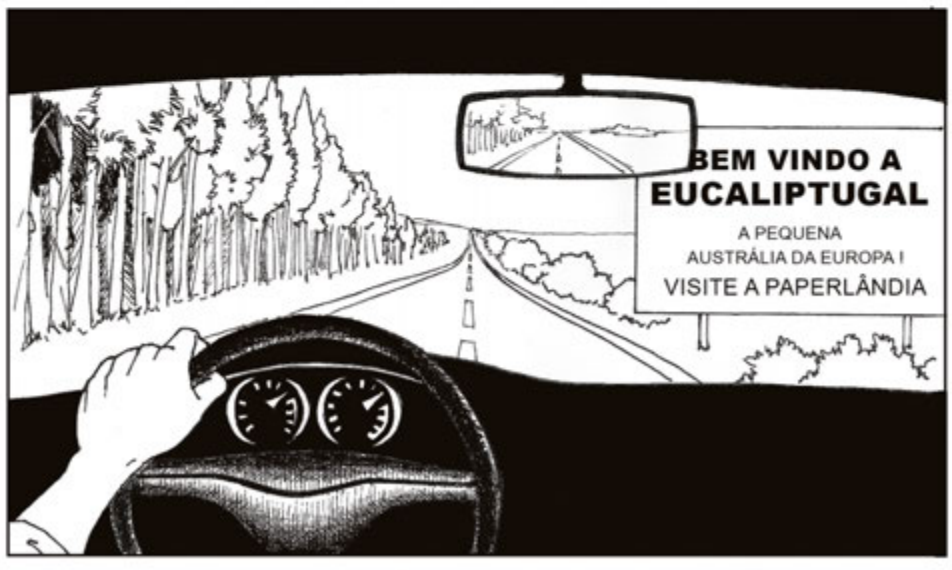
Biscoitos de bolota

Ingredientes:
_200g de farinha de bolota
_200g de farinha de trigo
_150g de açúcar (se a bolota for doce) ou 200g de açúcar (se a bolota for amarga)
_25g de chocolate em pó
_2 ovos
_2 colheres de chá de fermento em pó
_uma pitada de sal

Modo de preparação:
Misturar todos os ingredientes. Moldar pequenas bolas com a massa e cozer no forno a 180ºC, apenas com calor em baixo, durante 30 a 50 minutos, consoante o tamanho dos bolinhos.

Como obter farinha de bolota?
Pode usar-se a bolota de qualquer árvore do género Quercus, à excepção do carrasco (Quercus coccifera), pois o seu sabor é demasiado amargo, nem os animais as comem! A bolota é apanhada no Outono quando cai, é seleccionada (colocando-a em água as que não estão em boas condições vão boiar). Demolhar durante 2 dias e assar no forno a 200ºC durante 15 minutos (quando começarem a estalar) para se conseguirem descascar melhor. Descascam-se e congelam-se até serem utilizadas. Para as desfazer e transformar em farinha descongelam-se e metem-se na picadora 1,2,3.

QUER TOON



Quertoon Network desenho de Paulo Guerreiro

ROSTOS QUERCUS

Nome: Esmeralda Rodrigues

Função na Quercus: Presidente do Núcleo Regional de Viana de Castelo

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?
Desde criança que sinto uma enorme paixão pelos números e pelos animais e a partir do nono ano de escolaridade decidi integrar um curso de agronomia que acabou por ser abandonado no décimo segundo ano. No ano de 1990 formei-me professora de ciências da natureza e matemática e em 2007 decidi lecionar também ciências da natureza, porque estava cansada de lecionar só matemática. Mas, foi apenas no ano letivo de 2008/09 que o apelo pelo Ambiente falou ao inscrever uma das minhas turmas num projeto promovido pelo FAPAS, sobre proteção e conservação das dunas. Desde então sinto-me plenamente realizada por ter renascido o "bichinho" do Ambiente e ao mesmo tempo viver com os meus alunos o fascínio pela natureza e pelos números.

Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus? Há quanto tempo andas nisto?
Quando, em 2010 fiz uma formação de monitora do "Projecto Rios" deu-se o meu primeiro contacto direto com a Quercus ao conhecer a Ana Cristina Costa, presidente do Núcleo Regional da Quercus de Braga. Como ela sabia da minha atividade desenvolvida, principalmente como Coordenadora Distrital do "Projeto Limpar Portugal 2010", convidou-me para reativar o núcleo de Viana do Castelo e acabei por assumir as funções como presidente do núcleo, ainda em 2010.

O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje? E o que menos gostaste?
Devido, em parte, à minha profissão, a área da Quercus que mais me fascina é a educação ambiental e desta forma destaco as funções que promovam a sensibilização ambiental junto do público mais jovem, porque acredito que com eles o futuro do planeta poderá ser melhor. Para além disto, na Quercus, também desempenho as funções inerentes ao cargo de presidente e confesso que aquilo que menos gosto de fazer é responder a pedidos de ajuda relativos a atentados ambientais e avaliações de impactes ambientais e muitas das vezes não receber um feedback por parte de quem solicitou tal ajuda. Contudo, o que mais me entristece, enquanto cidadã e membro de uma associação ambiental, é o facto das pessoas terem uma perceção a muito curto prazo dos impactes das suas escolhas diárias no meio ambiente.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?
Confesso que nem sempre consigo fazer as escolhas com o mínimo de impacte ambiental, porque por vezes fatores anoéticos sobrepõem-se. Considero o meu maior pecado ambiental não deslocar-me de transporte público para o emprego. Apesar de ter preocupação em diminuir a minha pegada ecológica, praticando uma atitude sustentável e resiliente, fico com a sensação que faço muito pouco pelo Ambiente.

Quais os teus principais desejos ambientais para Portugal?
Num futuro próximo desejava que Portugal em termos ambientais tivesse uma população mais ativa, responsável e participativa na defesa dos valores naturais e que o nosso Estado fosse sempre capaz de fazer cumprir a lei de proteção da biodiversidade.

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pagar por cheque aproveite o envelope rsf que lhe enviámos no final do ano com a informação sobre quotas em falta. Pode também pagar por vale postal.

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788473 ou para o e-mail: **gestaosocios@quercus.pt**. O valor das quotas para 2014 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto 20,00 €; estudantes até aos 26 anos 13,00 €; jovens até aos 15 anos 8,00 €; colectivos 45,00 €.

NOTÍCIAS COM A "NEWSLETTER" DA QUERCUS

Com o objectivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao *site* da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em **www.quercus.pt**.

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus

Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	**Data**

Nome:

Sexo (F/M):

Morada:

Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __

Concelho: Distrito: País:

Telefone: Fax: E-mail:

BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:

Nº de Contribuinte: Profissão:

Data: Assinatura:

Quota anual: Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA:

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA: Centro Associativo Bairro do Calhau * Bairro do Calhau * 1500-045 Lisboa

TELEFONE: 21 7788474

FAX: 21 7787749

E-MAIL: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Nuno Sequeira

DIRECÇÃO EDITORIAL: Cláudia Silva

MARKETING: Marcos Bartilotti

FOTÓGRAFO: Dário Cardador

GRAFISMO: Imarte

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Alexandra Azevedo; Ana Cristina Costa; Carla Graça; Cármen Lima; Cláudia Silva; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Elisabete Alves; Esmeralda Rodrigues; Fernanda Botelho; João Branco; José Carlos Marques; José Janela; José Paulo Martins; Laura Carvalho; Margarida Silva; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Beja e Évora da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Nuno Sequeira; Paula Silva; Paulo Lucas; Paulo Magalhães; Paulo Rocha Monteiro; Pedro Carteiro; Pedro Rocha; Ricardo Marques; Samuel Infante; Sara Campos; Susana Fonseca; Verónica Paiva.

FOTO CAPA: Iwan Beijes

FOTOS/IMAGENS: Aija Repsa; Abel Barroso; Alexandra Azevedo; Alexandrina Pipa; Américo Barbosa; Bill Davenport; Cátia Figueiredo; Dário Cardador; Eduardo Trage; Eric Ortner; Fundação de Serralves; Gina Courela; Iwan Beijes; Krzysztof Szkurlatowski; Luís Silva; João Branco; José João e Sá; Margarida Silva; Mário Gonzaga; Paula Pereira; Paulo Domingos; Paulo Guerreiro; Paulo Lucas; Portugal Festival Awards; Ricardo Marques; Rui Monteiro; Samuel Button; Samuel Infante; Tânia Martinho; Tiago Moura; Tita Rio; Vanda Marques; Verónica Paiva; AD - Autor Desconhecido

IMPRESSÃO: Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte SA

TIRAGEM: 10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL N.º: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL:

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL:

valorpneu

resitejo

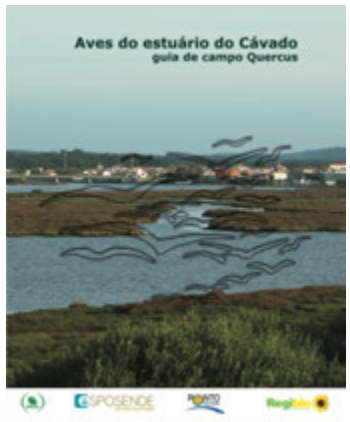
APRESENTAÇÃO DO GUIA DE CAMPO "AVES DO ESTUÁRIO DO CÁVADO"

João Branco

Carlos Palma Rio apresentou no dia 14 de Dezembro, numa sala da Estalagem Parque do Rio, em Fão, Esposende, o seu novo livro "Aves do estuário do Cávado - Guia de campo Quercus", que é uma mostra dos recursos faunísticos de todo o nosso estuário, cada vez mais procurado pelos observadores da natureza vindos de várias partes do país e também de outros países.

O *birdwatching* é hoje um segmento importante do nosso turismo, mais desenvolvido no sul do país com várias empresas já especializadas nesta área. No norte do país começam a dar-se passos importantes e o estuário do Cávado está já referenciado como um potencial de recursos, cabendo ao Carlos Rio um papel promotor desta estância da natureza.

Na apresentação do livro, que coube ao Dr. Penteado Neiva, estiveram presentes João Branco, vice-presidente da Quercus, Rui Pereira, vereador a representar a Câmara Municipal de Esposende e Artur Viana do ICNF, entre vários fotógrafos da natureza, familiares e amigos de Carlos Rio, que regressara há dias de uma expedição fotográfica ao Novo México, nos Estados Unidos da América.
Este guia, espera-se, vem preencher uma lacuna na informação disponível sobre a biodiversidade existente no Parque Natural do Litoral Norte, no que diz respeito à avifauna.
As características únicas do estuário do Cávado e das suas margens proporcionam a presença e a visita sazonal de inúmeras espécies de aves. A grande variedade, cor, tamanho e forma das aves que podem ser observadas neste estuário fornece aos *birdwatchers* e ao cada vez maior número de fotógrafos de natureza oportunidades únicas para a sua observação.
Para o comum utilizador deste espaço natural, um simples passeio pelo estuário permite a identificação de algumas das aves mais comuns, mas é surpreendente a quantidade de espécies avistadas numa observação mais atenta.
Este guia ilustra algumas dessas aves (fotografias feitas no seu habitat natural), informa a melhor altura do ano e os melhores locais para se poder observar cada uma das espécies e tem como objectivo principal motivar os menos atentos a viverem a experiência da observação e consequente interesses na conservação da biodiversidade.
Para além das fotografias e das informações relativas a cada uma das aves, uma lista de espécies também já observadas no estuário completa este trabalho.



Capa do guia

Tita Rio

Sessão de apresentaçã com o autor Carlos Rio

Tita Rio

Sessão de apresentação

CONHEÇA OS VENCEDORES DO CONCURSO DE DESENHO DA QUERCUS

Cláudia Silva

No âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar, 2014, a Quercus lançou um concurso de desenho de onde foram selecionados os 13 melhores para preencher os 12 meses e capa do seu calendário anual.
O concurso foi dirigido a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do nosso país e decorreu entre 6 e 15 de novembro. Foram recebidos mais de 550 desenhos oriundos de locais tão variados como Montalegre, Vila Real, Porto, Matosinhos, Aveiro, Oliveira do Hospital, Chamusca, Tomar, Ourém, Constância, Lisboa e arredores.
O júri constituído pelo presidente da Quercus, um dirigente nacional, um representante da área de Educação Ambiental, um designer e representantes do Crédito Agrícola e da Resitejo, que este ano patrocinam o calendário, tiveram a difícil tarefa de selecionar 13 desenhos entre tantos. Os resultados são agora conhecidos e os alunos que ganharam o concurso foram:

Afonso Soares (Colégio Guadalupe - Corroios)
Alexandra Rebelo (Colégio a Quinta Guimarães - Palmela)
Daniela Gomes (Colégio Guadalupe - Corroios)
Duarte Pereira (Centro Escolar de Constância)
Francisco Coelho (Jardim Escola João de Deus - Porto)
Francisco Gomes (Colégio Guadalupe - Corroios)
Joana Anjos (Colégio Guadalupe - Corroios)
Margarida Oliveira (Centro Escolar de Constância)
Martim Ribeiro (Centro Escolar Santa Teresa - Ourém)
Pedro Santos (Externado "O Cisne" - Amadora)
Rodrigo Branco (EB1 do Lumiar - Lisboa)
Rodrigo Gameiro (Centro Escolar de Constância)
Tomás Valente (Centro Escolar de Santa Teresa - Ourém)

Estes alunos e as escolas que representam, além de terem os seus desenhos no calendário Quercus de 2014, receberam um conjunto de edições Quercus para crianças assim como o calendário. Todos os alunos recebem um certificado de participação.
O calendário está à venda na loja online da Quercus (loja.quercus.pt) e em alguns núcleos regionais, revertendo todo o lucro para a associação e para o desenvolvimento dos seus projetos de Conservação da Natureza.
Parabéns aos vencedores e muito obrigada a todos os participantes.